

Diário do Legislativo de 22/07/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 28ª Reunião Extraordinária

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATA

ATA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/7/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e João Batista de Oliveira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 408/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 187/99; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Hely Tarquínio, Rogério Correia e Sebastião Costa; aprovação na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 238/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 343/99; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discursos dos Deputados Márcio Cunha, Hely Tarquínio, Miguel Martini, Alberto Bejani e Sebastião Costa; apresentação da Emenda nº 103; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Miguel Martini; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques; aprovação; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 103; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 15; votação da Emenda nº 7; discurso do Deputado Rogério Correia; rejeição; votação da Emenda nº 13; discurso do Deputado Miguel Martini; rejeição; votação da Emenda nº 14; discurso do Deputado Miguel Martini; rejeição; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 408/99; aprovação - Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 187 e 238/99; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 343/99; discurso do Deputado Marco Régis; encerramento da discussão; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que faz retirar da pauta o Projeto de Lei nº 221/99, por não estarem preenchidos os pressupostos regimentais para a sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade, em que solicita a inversão da pauta de modo que o Projeto de Lei nº 343/99 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizado entre o Estado de Minas Gerais e empresas públicas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 408/99 na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual, revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, esse projeto que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual foi proposto pelo Deputado Rogério Correia, com muita felicidade, buscando fazer com que o dinheiro do PASEP fosse utilizado pelos servidores públicos de Minas Gerais. O seu projeto acerta na maioria de suas propostas, mas o ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira propôs uma emenda sugerindo a criação de um conselho gestor para fiscalizar esse dinheiro do servidor público. Esse conselho estabeleceria os programas de qualificação do servidor público e também geraria empregos, criando condições para que o dinheiro voltasse para o servidor público. Tenho a impressão de que isso não tem acontecido na prática e que o Governo Federal irá resistir a encaminhar esse dinheiro, impedindo que ele seja destinado ao Governo de Minas Gerais e, daí, diretamente ao servidor.

Então, a proposta do nosso ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira visa beneficiar diretamente o servidor público. Estivemos fazendo algumas reflexões, juntamente com o Deputado Rogério Correia, e concluímos que seria uma boa iniciativa - teríamos que consultar os técnicos sobre a parte jurídica - a criação de um fundo que fosse gerido por um conselho. Esse conselho iria administrar o dinheiro, o fundo. Ai, sim, tudo ficaria à disposição e sob a administração do próprio servidor público. Em 1º turno votamos a favor do substitutivo, e esta Casa, através da base do Governo, aprovou a proposta do ilustre Deputado Rogério Correia. Por isso, posteriormente iremos insistir. Vamos votar novamente contra esse projeto. Mais tarde, quem sabe, mandaremos para cá um novo projeto de lei, para que seja aceita essa iniciativa de criação de um conselho para gerir o fundo. Esta, portanto, é a nossa posição: permanecemos com a proposta do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Encaminhamos favoravelmente a essa proposta, que já foi derrotada em 1º turno. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Batista de Oliveira) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira, através de uma proposta minha e do Deputado Mauro Lobo, encaminhamos, conjuntamente, uma emenda ao projeto, exatamente criando o conselho. É a Emenda nº 1, que está no texto. A emenda foi aprovada, e o conselho ficou inserido no projeto. Esse conselho terá exatamente a função de fiscalização, para o benefício do servidor, dando-lhe uma garantia a mais. Essa garantia já era dada pelo Governo, mas desse conselho, além do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e do Poder Judiciário, participarão trabalhadores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Portanto, o conselho ficaria responsável pela fiscalização da aplicação do benefício. Assim, acatamos a sugestão contida no substitutivo do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa* - Acho que, com essa emenda, houve um avanço. O projeto, que nós já achávamos interessante e oportuno, agora ganha uma nova dimensão, com a aprovação dessa emenda apresentada pelos Deputados Rogério Correia e Mauro Lobo. A emenda, em parte, atende ao que o Deputado Sebastião Navarro buscava para garantir um fundo para os servidores públicos. Nesse caso, votaremos favoravelmente ao projeto e pretendemos, no segundo semestre, se possível, avançar um pouco mais nessa questão. Ele avançou pouco e atende em parte ao que defendíamos com o substitutivo do Deputado Sebastião Navarro. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 187/99 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. A Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 238/99 na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 343/99, do Governador do Estado, que estabelece as diretrizes para os orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 16, 22, 60, 62, 68, 70, 72, 77, 83, 101 e 102; com as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 11, 19, 26, 35, 55, 80, 81 e 100; pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 5 a 10, 12 a 15, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 29, 31, 36, 38, 39, 40, 42 a 47, 50, 51, 53, 57, 59, 61, 63, 65, 74 a 76, 78, 79, 82, 91, 96 a 99; e pela prejudicialidade das Emendas nºs 24, 27, 28, 30, 32 a 34, 37, 41, 48, 49, 52, 54, 56, 58, 64, 66, 67, 69, 71, 73, 84 a 90, 93 a 95. Em discussão, o projeto.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Estamos ultimando alguns entendimentos. Gostaríamos que V. Exa. suspendesse a reunião por 5 minutos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Miguel Martini, vai suspender a reunião por 5 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha - Gostaria de me pronunciar em nome do Deputado Miguel Martini e exaltar a importância desse projeto de lei.

Evidentemente, os Deputados haverão de nos compreender e até de nos desculpar, pois vamos gastar mais de 5 minutos para fazê-lo.

Meus queridos Deputados, gostaria de dizer a V. Exas., de uma forma fraternal, que estou me sentindo como um colegial que se prepara para sair de férias. Não por ter findado o período, por poder estar com a família e poder me divertir. A sensação que tenho é a do dever cumprido.

Como parlamentar que fui da Câmara de Belo Horizonte por 16 anos estou encantado com o trabalho, com o esforço desta Casa, dos Deputados, da assessoria, que, têm, efetivamente, procurado fazer um trabalho sério. Isso, sem dúvida alguma, é motivo de orgulho para todos nós que hoje lutamos por parlamentos mais fortes. Mais do que isso: podemos mostrar à população que as Casas Legislativas representam os seus anseios, os seus desejos e que são o estuário da esperança do nosso povo.

Gostaria de cumprimentar a todos os Deputados, indiscriminadamente, que neste primeiro semestre cumpriram com o seu dever, vindo às reuniões, participando das diversas comissões, aprovando diversos projetos. É claro que tivemos problemas por ser o início de um Governo difícil, mas a verdade é que percebemos a intenção de todos os Deputados.

Sei do esforço da bancada do Governo, mas gostaria de cumprimentar a valorosa bancada da Oposição nesta Casa, que, sem dúvida alguma, prestou um serviço importante ao criticar, ao encaminhar as suas questões, que, muitas vezes, foram infundadas, mas importantes para que tivéssemos a chance de dirimir as possíveis dúvidas.

Lembro-me de uma reunião de que participei no Colégio de Líderes quando o nosso estimado companheiro, Deputado pela primeira legislatura, Chico Rafael, falava dos sonhos que o trouxeram a esta Casa. Todos nós ali tivemos um sonho, e esse sonho se realizou ao participarmos desta legislatura, para nós, da primeira, para alguns, de várias. E essa frase do Deputado Chico Rafael me faz lembrar de Dom Hélder Câmara, que nos ensina que um sonho solitário é apenas um sonho, mas que um sonho coletivo se torna realidade. Então, Srs. Deputados, se pudéssemos sintetizar, expressar, exprimir numa lei os nossos sonhos de Deputados, sem dúvida alguma, essa lei seria a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO. Exatamente essa lei é a que trata de nossos sonhos, nos dá a direção, nos propõe o caminho. É através dela que realizamos os nossos sonhos.

É nesse sentido, Deputados, que quero cumprimentar os Deputados desta legislatura. Fizemos uma pesquisa e me impressionou a participação desta legislatura na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tive a oportunidade de presidir na Câmara Municipal, por duas vezes, essa mesma comissão e disse que me entristecia muito o fato de os parlamentares não se interessarem pela LDO. Em primeiro lugar, porque é uma lei relativamente nova, na verdade, foi concebida a partir da Constituição de 1988. Aliás, foi concebida numa proposta de um governo não dessa forma, mas de um governo parlamentarista. E é por isso que no próprio âmbito da Constituição, essa lei trouxe inovações, mas também algumas falhas.

Insisto na importância dessa lei porque o orçamento é mais prático, mais pragmático, mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não. Ela expressa os sonhos do Legislativo, do Executivo e o sonho dos homens e das mulheres de bem que querem, efetivamente, diminuir a injustiça social no seu parlamento, através de suas ações. Essa lei, portanto, é de extrema importância para esta Casa, é de extrema importância para o povo de Minas, e é por isso que quero cumprimentar essa Legislatura, pela participação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, sem dúvida nenhuma, expressa a vontade de todos nós, independentemente de siglas partidárias e do Governo Itamar Franco, que tenta resolver os problemas que infelizmente afligem todos nós.

Durante os últimos meses, tratamos nesta Casa de um assunto de suma importância para o Estado: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as normas para o orçamento fiscal e de investimentos nas empresas controladas pelo Estado.

A LDO, instituída com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é uma lei que compreende as diretrizes gerais da administração pública para o orçamento, em conformidade com as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental e observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17/3/64.

Publicada no "Minas Gerais" do dia 21/5/99, esta lei foi encaminhada no mesmo dia para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, no começo do meu mandato apresentei algumas metas de trabalho para nossa Comissão. Dentre elas, apresentei requerimento para que se realizasse uma audiência pública para discutirmos a LDO, audiência essa realizada no dia 8/6/99, com a presença de vários Deputados, assessores e servidores desta Casa.

Com muito sucesso, conseguimos mostrar como é importante discutirmos a Lei de Diretrizes do Orçamento. A LDO nunca recebeu tantas propostas de emenda como neste ano. Em um prazo de 20 dias, entre 25 de maio e 14 de junho, conforme o art. 204, § 2º, do Regimento Interno, nossa Comissão recebeu 100 propostas. As estatísticas mostram que à LDO de 1997 foram apresentadas 27 emendas; à de 1998, 50, e à de 1999, 17.

Dentre as emendas recebidas na Comissão, podemos destacar as que foram apresentadas para as áreas da saúde, do meio ambiente, da moradia popular, do desenvolvimento econômico e social dos municípios mais carentes do Estado, e programas voltados para o desenvolvimento do turismo em todo o Estado de Minas Gerais. Esta última apresentada por mim e pela nobre Deputada Elbe Brandão.

Outra característica deste projeto é a marca do Governo Itamar Franco. A austeridade na fixação de critérios para a determinação de despesas, tendo em vista as dificuldades econômicas que o País e o nosso Estado atravessam.

Hoje, aqui nesta tribuna, fico feliz de comunicar a todos os Deputados que, depois de muito esforço, a Comissão opinou pela aprovação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 343/99, referente à LDO, que segue para apreciação em Plenário.

O objetivo de nosso esforço é duplo: colaborar com o equilíbrio das contas do setor público, mas garantindo a prestação dos serviços de responsabilidade do Estado e restaurando a sua capacidade de investimento.

Muitos incrédulos ainda duvidam que ambos os objetivos possam ser atingidos ao mesmo tempo, pois acham que para que o Estado possa cumprir o seu papel, principalmente o social, ele precisa gastar mais do que arrecada, rolar dívidas sempre crescentes e administrar um constante desequilíbrio de contas; o Estado moderno, porém, está consciente de que se falhar no alcance desses dois objetivos a consequência pode ser a desestruturação da própria sociedade. Um Estado que não consegue prestar os serviços básicos, para os quais precisa investir e que geram déficit orçamentário, não comandará nunca um povo organizado e satisfeito.

A LDO é indiscutivelmente um instrumento eficaz de gestão do Estado moderno. Foi criada exatamente num momento em que o País se redefinia institucionalmente e vislumbrava um novo horizonte para o administrador público. Já se antevia, portanto, nos foros de discussão da Constituinte de 1988, que o povo, com a democracia de volta às ruas e com a grande abertura para informação propiciada pelo avanço dos meios de comunicação, passaria a cobrar cada vez mais de seus homens públicos a responsabilidade que lhes era outorgada nas urnas.

É exatamente isso o que ocorre hoje. As próprias Casas Legislativas do País, sendo a de Minas Gerais um dos melhores exemplos, colocam à disposição do cidadão informação em quantidade e qualidade que lhe permite saber e julgar o destino de seus votos. Os meios usados pelo Legislativo e pelo Executivo têm atingido todas as camadas da população, possibilitando que o desempenho do poder público seja conhecido e avaliado pelos quatro cantos do Estado.

Se a tecnologia hoje disponível no mundo, acompanhada da eficiência trazida pela abertura do mercado tornou o consumidor muito mais exigente, o que não dizer do cidadão que confia seu voto a nós, homens públicos. Ele também, hoje, quer desempenho e responsabilidade. O político sério, competente, como o trabalhador, o comerciante e o empresário, tem de apresentar resultados.

Ao opinarmos pela aprovação da LDO, estamos propiciando a esta Casa a oportunidade de estabelecer os parâmetros pelos quais poderá julgar os seus governantes e representantes. Estamos permitindo a criação de limites de responsabilidade para o nosso próprio desempenho.

É o que se espera de nós neste momento. É a resposta que damos hoje à sociedade por seu anseio de ver o Estado prestando os serviços básicos que compõem a sua função maior, mas dentro de limites orçamentários que gerem e sirvam de exemplo de equilíbrio e que não levem à economia consequências danosas.

Daí a alegria que lhes manifestei de ver a Comissão, que tenho a honra de presidir, opinar pela aprovação da LDO, já enriquecida pelas emendas dos Srs. Deputados. Considero uma vitória para quem, em seu primeiro mandato nesta Casa, vem trabalhando com dedicação em prol da transparência e da democracia e, principalmente, de um Estado cumpridor dos seus deveres, sempre traduzidos em objetivos claros e limites definidos.

Srs. Deputados, tenho a honra de conceder aparte ao ilustre Deputado Dimas Rodrigues, companheiro da nossa bancada, que, sem dúvida alguma, irá intervir juntamente conosco nesta manhã de hoje em que estamos encerrando os nossos trabalhos com a votação da LDO.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputado Márcio Cunha, quero cumprimentá-lo pelo bellissimo trabalho que V. Exa. tem prestado a esta Casa e dizer que o senhor já chegou a esta Casa com uma vasta experiência porque foi Vereador por quatro legislaturas, em Belo Horizonte. O Deputado Márcio Cunha realmente é um grande companheiro.

Queremos também dizer que esta Casa é uma escola. Aqui aprendemos muito. Temos uma grande assessoria. Sempre digo em todos os recantos que vou, em todas as conversas de que participo que aqui não temos dificuldade alguma, porque, realmente, a assessoria desta Casa é muito competente.

Quero só cumprimentar V. Exa. por suas palavras e dizer de minha alegria em tê-lo como companheiro e como grande amigo. O meu abraço. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sou eu quem agradece muito. Quero aproveitar a oportunidade, e tenho certeza de que falo em nome do meu Líder Antônio Andrade e de toda a bancada. Foi uma grata surpresa V. Exa. ter entrado para nosso partido. Estamos orgulhosos de tê-lo como companheiro.

Aproveito para dizer aos companheiros do meu reconhecimento de que o posto que ocupo hoje, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia, é um posto da minha bancada. Assim, quero cumprimentar e agradecer a nosso Líder Antônio Andrade e a toda a bancada, por ter-me escolhido para presidir a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Excelência. Também gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Márcio Cunha, que, sem dúvida alguma, tem sido, nesta Casa verdadeiro combatente, experiente, respeitoso e ético. V. Exa. tem se revelado um grande Deputado à frente dos destinos de Minas Gerais. V. Exa. disse que está encantado com a Assembléia Legislativa de nosso Estado. Estou duplamente encantado, pois a assessoria que nos atende é de primeira grandeza. Essa assessoria nos conforta e, acima de tudo, glorifica os ensinamentos estabelecidos em nosso Regimento Interno. Parabênizos a todos os companheiros que conosco caminham em defesa dos anseios do povo mineiro. Parabênizos V. Exa. por seu grande trabalho à frente do Legislativo e também congratulo-me com meus queridos e distintos pares que, igualmente, buscam soluções melhores para Minas Gerais. Parabéns por esse pronunciamento. Se Deus quiser, retornaremos em agosto com grande disposição à frente dos destinos da Assembléia Legislativa.

O Deputado Márcio Cunha - Sou eu quem agradece, ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por V. Exa. ter-se dirigido tão carinhosamente a mim usando as palavras do Deputado João Batista de Oliveira. V. Exa. também parece que já é Deputado aqui há muito tempo. V. Exa. também está de parabéns por seu desempenho, por seus projetos aprovados e por suas iniciativas. Quero agradecer de coração.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento, pelo trabalho de V. Exa. nesses seis primeiros meses de mandato. Sou sabedor da competência de V. Exa., do trabalho que V. Exa. desempenhou na Câmara Municipal, durante todos os anos como Vereador. Quando V. Exa. aqui chegou, falava aos companheiros do dinamismo, da experiência e da vibração de V. Exa., que faz com seriedade e leva até o final tudo o que decide fazer. Quero parabenizá-lo por esse pronunciamento e pelo trabalho de V. Exa., trabalho este que todo o mundo sabe que não é fácil, um trabalho que busca uma certa seriedade e competência. V. Exa. faz parte de duas comissões; numa delas, trabalho junto com V. Exa. Hoje V. Exa. busca as duas comissões, a de Turismo, porque V. Exa. gosta de turismo, e a que V. Exa. preside. Gostaria de parabenizá-lo. É por aí mesmo. Pode ter certeza de que vai continuar brilhando no decorrer do seu mandato. O povo belo-horizontino colocou-o aqui dentro justamente para representá-lo. Muito obrigado. Falo em meu nome e em nome do meu companheiro Dinis Pinheiro, em nome dos companheiros Ronaldo Canabrava e Agostinho Silveira.

O Deputado Márcio Cunha - Muito obrigado. Sou eu quem agradece ao ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior, carinhosamente conhecido entre nós como Alencarzinho, que quase não pode falar, tamanha a intimidade e a alegria dos companheiros em relação a ele. Agradeço e peço desculpas por ter tomado tanto tempo desta manhã, mas vi que era importante termos agradecido, em nome da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária a participação de todos os ilustres Deputados. Muito obrigado. Obrigado, Presidente, por sua paciência.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste fim de semestre legislativo, que se encerra hoje, gostaríamos também de fazer alguns comentários sobre a LDO e o orçamento, que, é lógico, virá no fim de setembro para esta Casa. A LDO e o orçamento são uma cultura que se está fazendo no Brasil, a partir dos anos do orçamento. Isso vem ao encontro do nosso parlamento e é uma reflexão que todo o Brasil tem que fazer. A partir daquela descoberta dos anos do orçamento, procuramos... Vejam bem, é aquilo que comentávamos, ontem, sobre o grande problema da educação do povo. Felizmente, o Brasil está gastando um pouco mais com educação, e, a partir daquela época, com aquela crise negra do parlamento, que foi descoberta no Congresso Nacional, começou-se a praticar a cultura da LDO e do orçamento com muito mais seriedade, porque o dinheiro do contribuinte, quer dizer, as receitas que estão estimadas no orçamento e os gastos que têm que ser definidos têm que ser colocados no papel. Isso é precedido pela LDO, que é a lei de diretrizes orçamentárias, que estabelece as metas e as prioridades para o ano vindouro e o que vai ser enxugado no orçamento.

Então, quanto às metas e às prioridades, elas são as generalidades de gastos, o que se vai gastar na educação, o que se vai gastar em estradas e em diversos setores, principalmente, no social, porque o nosso País tem que equilibrar e promover o desenvolvimento social, para dar dignidade às pessoas. Para isso, temos que ter regras consistentes de convivência, que nada mais são do que uma Constituição que, lamentavelmente, ainda é prolixa, uma Constituição que não resume os nossos costumes. É uma Constituição que não está atendendo as demandas da modernidade. Ela tem o escopo do próprio Código Penal, do próprio Código Civil. Ela é toda prolixa. Acreditamos, sim, no futuro do nosso País. Acreditamos, sim, nos parlamentos. Cada vez mais, as eleições estão procurando depurar o parlamento, procurando escolher aqueles que melhor possam servir ao povo de forma objetiva, que tenham conhecimento, que tenham cultura para isso.

Aqui, queríamos fazer uma homenagem a um colega nosso e, sobretudo, a todo o nosso parlamento. O Miguel Martini tem-se dedicado intensamente a esse setor e, principalmente, à Comissão de Fiscalização Financeira. Essa cultura da LDO precisa ser exercitada em todas as comissões temáticas durante todo o ano, para que possamos estabelecer, sim, as metas e as prioridades compatíveis com a realidade do Brasil. Precisamos entender melhor o orçamento. Ele ainda está engatinhando. A LDO ainda é uma peça também de ficção. Ela fixa generalidades, mas o orçamento, quando é elaborado sintetizando o que foi feito na LDO, passa a ser uma referência, uma bússola para aquilo que tem que ser feito. Aí está a responsabilidade deste parlamento. Trabalhamos durante todo o ano nas comissões e em nossas bases, ouvindo o povo e buscando os subsídios de cada região para a elaboração da LDO e para que se tenha, depois, o orçamento regionalizado e descentralizado, exatamente como o Secretário Manoel Costa expôs nesta Casa.

Essa cultura já vinha sendo aplicada por todos os Governos anteriores, desde 1988, e os Secretários têm-se esforçado nisso, mas, ao final de tudo, acabamos tendo decepção com o que foi proposto na LDO, com o que foi definido no orçamento e com o que se realizou. Se fizermos uma comparação entre o que está na LDO e no orçamento e aquilo que se realizou, veremos que, quando muito, apenas 10% do que foi previsto se materializaram. Há um abismo entre o que se propõe e o que se realiza.

Alerto os nobres pares para que observem isso constantemente. É preciso que a LDO chegue a esta Casa e tenha mais tempo de ser analisada na comissão especial, de modo que tenhamos como cobrar do Governo o atendimento às necessidades de nossas regiões.

O Governo está propondo o orçamento participativo, descentralizado e regionalizado, o que aprovamos e aplaudimos. Mas que isso seja feito apenas no ano vindouro ou daqui a dois anos. Está muito em cima da hora para se estabelecer o orçamento participativo.

Já trouxemos a este parlamento e às diversas comissões todos os subsídios que recolhemos. Tentamos fazer as leis e as regras de convivência dos direitos do cidadão de acordo com a realidade das nossas regiões.

Fazemos aqui as leis que a sociedade reclama, mas, mesmo que sancionadas, elas nem sempre são aplicadas. Prova disso é a lei elaborada pelo Rogério Correia que diz respeito à retenção do fundo do PASEP para ser gerido por um conselho. Sabemos que o Governo Federal não vai concordar, porque o clássico, no Brasil, é o caixa único. Afinal, somos um país pobre, que arrecada pouco, com população muito grande e com indicadores sociais sofríveis. O Governo Federal não vai abrir mão desse dinheiro, e o Governo de Minas Gerais também vai reter o dinheiro, vai manter o caixa único, não vai descentralizar o dinheiro para o funcionário público. Temos certeza disso.

A LDO visa aperfeiçoar o orçamento. Quando vamos aplicá-lo, só se realizam de 5% a 10% daquilo que foi consagrado nele.

É contra esse tipo de cultura que temos que trabalhar. Temos que fazer com que o Estado, de fato, seja transformado em direito constitucional, em LDO e em orçamento mais realista. E, pelo que podemos observar, as emendas que o Deputado Miguel Martini faz à LDO procuram tornar isso possível, permitindo ao Poder Legislativo fiscalizar aquilo que o Poder Executivo está realizando e verificar se, realmente, está atendendo aos anseios do povo de Minas Gerais.

Neste fim de semestre, queremos dizer que o PSDB tem esse sentimento em sintonia com os Deputados que trabalharam para caracterizar na LDO as reais necessidades do povo de Minas Gerais, que poderão ser executadas no orçamento. Sinto que estamos bastante distantes da realidade. Para mim o orçamento é ainda uma peça de ficção que deve ser cultivada no sentido de ser materializada atendendo o Estado, de fato, no dia a dia. Todos devemos nos debruçar sobre esse tema e trabalhar intensamente para que Minas Gerais tenha um orçamento mais realista. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para discutir, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de começar este pronunciamento solicitando que o Presidente da Assembléia Legislativa reveja a resolução enviada ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira regulamentando o funcionamento da comissão que examina a LDO, para que, no final do ano, ao examinarmos a lei do orçamento, o PPAG e até mesmo o PMDI, não ocorra mais o que aconteceu na comissão.

O art. 204 do Regimento Interno, em seu § 1º, é muito claro e até mesmo enfático: "A comissão que examina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual..." - gostaria até de ler na íntegra, para que não haja nenhuma dúvida dos Deputados em relação a isso, o que não foi cumprido na reunião da comissão que examinou a LDO. O art. 204 diz o seguinte: "Dos projetos de lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do orçamento anual e de crédito adicional. Os projetos que trata esta subseção serão distribuídos, em avulso, aos Deputados e às comissões a que estiverem afetos e encaminhados à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para, no prazo de 60 dias, receberem parecer".

Prestem atenção, vejam a clareza do artigo e do § 1º: "Da discussão e da votação do parecer na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária poderão participar, com direito a voz e voto, dois membros de cada uma das comissões permanentes às quais tenha sido distribuído o projeto, observado, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade das representações partidárias ou do bloco parlamentar".

É muito claro, todo Deputado que estiver presente, designado pela sua comissão ou pelo seu partido, tem direito a voz e voto. Quando aprovamos esse texto - porque o Regimento é votado no Plenário -, tínhamos em mente isto: o maior número de Deputados que pudesse participar da decisão, se acatam ou não determinada emenda, determinado parecer, que diga respeito à coisa mais importante deste parlamento, que é o orçamento público.

O que aconteceu? A resolução cassou o direito de voto desses Deputados, fazendo uma interpretação em prejuízo do parlamentar, porque aqui não se está dizendo que é só na comissão da qual ele faz parte. Aqui não se está dizendo que o Deputado que está ali presente só pode votar quando o assunto diz respeito à sua comissão. Não se está dizendo isso nem levantando dúvida com relação a tal coisa. O que aconteceu? A reunião aconteceu de maneira que só a Comissão de Fiscalização Financeira discutiu, encaminhou e votou. E os outros Deputados que estavam lá? Os Deputados Sebastião Costa e Carlos Pimenta queriam encaminhar e não puderam fazê-lo.

Esse fato não pode se repetir, Sr. Presidente, sob pena de entrarmos com uma ação para a anulação desse tipo de coisa, porque o direito do parlamentar está cassado. O Regimento é muito claro: "com direito a voz e voto". A única exigência que ele faz é que se observe, tanto quanto possível, a representação partidária. E isso foi atendido. Entendo que a tramitação desse projeto na Comissão de Fiscalização não ocorreu da maneira como o Regimento prevê.

Em segundo lugar - e já chamamos a atenção para isso -, não houve uma valorização dessa reunião, como deveria haver. Na Inglaterra, Srs. Deputados - e é claro que estamos falando de um país mais avançado -, a grande festa do parlamento é o dia em que se vota a LDO ou a lei de orçamento. E está correto esse raciocínio, porque o que estamos fazendo aqui senão dizendo ao Executivo o que ele tem de fazer e depois fiscalizando se ele está fazendo de acordo com o que estamos dizendo? E isso é expresso no momento em que votamos o plano plurianual, a LDO, o PMDI e a lei de orçamento. É a grande festa do parlamento, sim, e, vejam os senhores, nem a televisão estava lá para noticiar, nem para fazer algumas tomadas da reunião.

Em terceiro lugar, não cabiam todos os Deputados que queriam estar ali. Houve uma desatenção, e tenho certeza de que, sensível como é o nosso Presidente e sensível como é o Presidente da comissão, esse fato não se repetirá nas próximas vezes. Mas há um fato interessante, que é digno de elogio para todos nós, parlamentares. Nunca houve tanto interesse dos Deputados na apreciação e na votação da LDO. Significa que os Deputados estão percebendo a grande importância do orçamento público, a grande importância da participação efetiva deles na discussão e na aprovação do orçamento público. Talvez um projeto de LDO nunca tenha recebido tantas emendas como recebeu esse ano. Se não me engano, as emendas passaram de 100.

Queríamos fazer esse registro aqui e dizer que, para a votação da lei de orçamento, do plano plurianual e do PMDI, não vamos aceitar que seja da forma como aconteceu nessa reunião, porque isso é uma desvalorização do Poder Legislativo.

Gostáramos de dizer que, no período inflacionário, nunca houve uma lei de orçamento que pudesse ser cumprida de fato. As leis de orçamento que vieram para esta Assembléia, para o Congresso, para todos os lugares eram realmente mera peça de ficção, porque era impossível planejar com 40% de inflação mensal. É impossível fazer qualquer previsão com uma inflação tão alta. Mas aí veio o período da estabilização da economia, com a inflação variando na ordem de 10% ao ano. Agora já é possível planejar. Mas qual é a dificuldade que temos encontrado? A falta de planejamento público.

Temos até uma anomalia nessa questão de lei.

Votamos uma LDO que irá orientar o orçamento, mas ainda não votamos o plano plurianual. E o que é que acontece? Pela lógica de nossa Constituição, deveríamos ter, primeiro, um plano mineiro de desenvolvimento integrado. Em segundo lugar, teríamos que ter um plano plurianual de ação governamental para quatro anos. Em terceiro lugar, votaríamos a LDO e, finalmente, a lei de orçamento. Isso porque a lei de orçamento deve emanar do plano plurianual, que, por sua vez, deve emanar do plano mineiro de desenvolvimento integrado.

Entretanto, já votamos uma LDO que fala como deverá ser o orçamento público sem sequer conhecer o plano plurianual. Esse defeito não é de Minas. É um defeito da Constituição, um problema do Congresso Nacional. No passado, tentamos fazer uma emenda aqui, para corrigir isso em nossa Constituição, mas estamos aguardando que a Lei nº 4.320, do Congresso Nacional, seja modificada, através do PLC nº 135, que está sendo discutido e para o qual Minas Gerais ofereceu muitos subsídios. Então, já temos essa anomalia.

Agora, com o que é que deparamos na hora de discutir a LDO e de votar o orçamento? Com uma falta de mecanismos por parte da Assembléia Legislativa para realizar o efetivo controle do Executivo. Vejam os senhores que o Poder Executivo, que antes mandava qualquer coisa para a Assembléia Legislativa, continua, de alguma maneira, fazendo isso, porque a Lei nº 4.320 diz que a receita tem que ser igual à despesa. E o que é que está acontecendo? O Estado está operando com déficit em torno de 1 bilhão. Aí, vêm os benditos "restos a pagar". Então, terminamos dezembro dando a impressão de que o orçamento terminou zero a zero. Na verdade, ele ficou com menos 1 bilhão.

E, ao invés de resolvermos esse problema, continuamos jogando-o para o ano seguinte, fazendo um orçamento de trás para a frente. Diz a Lei nº 4.320 que devemos estimar a receita e fixar a despesa. Então, os técnicos pensam: qual é a despesa que vamos ter? Com base nisso, fixam a receita, estabelecendo-a igual à despesa. Onde está a lógica? Ela não existe. Essa receita não existe. Ela foi feita somente para empatar. Então, existe esse problema que a lei que vier a modificar a Lei nº 4.320 deverá resolver. Temos que acabar definitivamente com isso. "Restos a pagar" é um absurdo. Não existe isso. O orçamento é para ser executado durante um ano. Então, a receita de janeiro a 31 de dezembro é o orçamento. O que não der para realizar será parte de outro orçamento. Não dá para "empurrar com a barriga" porque temos uma superestimativa de receita e, se ela não acontecer, todos os outros mecanismos que facilitam o descontrole aparecem.

Então, vejam os senhores: eu conheço o projeto da nova lei e ele diz que não basta estimar a receita. Existem parâmetros para estimar a receita. Isso não pode ser feito ao bel-prazer

do Governador ou de seu Secretário do Planejamento. Então, estamos querendo chamar a atenção para isso.

O segundo problema é que nós, Deputados, somos obrigados a fiscalizar o Executivo. Temos que ter esses mecanismos. Já conseguimos um grande avanço desde a LDO do ano passado, mas não conseguimos sensibilizar os Governos, nem o anterior nem este, para disponibilizar para os Deputados a execução orçamentária. Agora, está na LDO, e esperamos conseguir isso. Significaria que o Deputado Marco Régis, por exemplo, poderia ter acesso em seu computador, à informação de quanto seria a receita, a despesa, onde e com que o Governo está gastando, etc. Isso é necessário até para que possamos perguntar por que o Governador está gastando de tal jeito.

Em segundo lugar, há uma emenda de que vamos falar, pela qual solicitamos uma prestação de contas, para que possamos avaliar se o Governo foi bom ou não. Os técnicos estão trabalhando muito nisso, é o que chamam de armazém de dados, CEPAG. Ai poderemos ter informações do que foi executado. Passaremos, assim, a agir como representantes do povo, que tomam conta das contas do Governo. Se for o caso, nos balancetes mensais, poderemos até solicitar uma auditoria. Mas, como membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, poderemos fazer essa fiscalização. Toda vez que detemos determinado tipo de poder, não gostamos de abrir mão dele. Aqui, faço um parêntese. Há um projeto meu nesse sentido aqui na Casa. Acho que a Assembléia tem que entrar no CEAP, sim, mas não entrou nele até hoje. Temos que zelar pela transparência, sim, e por que não incluir a Assembléia Legislativa nele? O projeto já está aqui para ser votado. Queremos a transparência de tudo. Este ano votaremos uma peça de ficção. Nem o Governador terá controle sobre as obras que o DER vai realizar. Ele não terá controle sobre as prioridades do DER. Por quê? Porque não teremos neste ano a definição do projeto, como já acontece no Congresso Nacional. Virão ainda os textos genéricos, como, por exemplo, construção de estradas. Muitas vezes se constrói uma estrada que não tem nada a ver com o Estado de Minas Gerais, ou seja, um trecho de 10km seria mais eficiente do que um de 50. E aí entra uma questão pior ainda, que são as benditas janelas. O Governo manda para cá um projeto, que diz: construção de 30km de estradas. Recurso destinado: R\$1.000,00. Qual é a mágica que se vai fazer? Depois, manda pedir, na lei do orçamento, uma suplementação de 15%. Vocês sabem o que quer dizer isso? Ele pode suplementar até o valor de R\$1.300.000.000,00. Ele faz o que quer. Ele tira de um lado, põe do outro, do jeito que ele quiser e na hora que quiser. Estamos aqui aprovando coisa nenhuma. Essas questões têm que ser garantidas agora na lei de diretrizes orçamentárias. Entendo que o Governo ainda tem alguma dificuldade em operacionalizar tudo isso. Eu aprovei essa emenda à Constituição de subprojeto e subatividade em 1997. Naquela época, o Governo disse: "ainda não temos condições de cumpri-la". Então, disse-lhe: "bom, então vamos dar um tempo". Em 1998, não cumpriu. Em 1999, ainda não tem condições de cumprir. Quando é que terá? Acho que esta Casa tem que pressionar para que este Governo possa, definitivamente, colocar no orçamento aquilo que pretende realizar e, mais do que isso, obrigar o Governo a planejar. Temos que ter um planejamento. A lógica seria a seguinte: sou candidato ao Governo e vou fazer uma campanha de acordo com a realidade do Estado. Hoje, o que está ocorrendo? Fazem um programa bonito somente para obter votos. Quando são eleitos, esquecem tudo, porque tudo é demagógico. Ai vão estudar a situação do Estado. Depois de estudá-la, vão fazer o tal programa. Está errado, porque falta acesso às informações da execução orçamentária. Se tivéssemos mais informações, essas coisas não ocorreriam. A Assembléia Legislativa não pode abrir mão disso. Se tivéssemos mais informações, poderíamos conhecer a verdadeira situação do Estado. No final do ano passado, ficávamos perguntando qual era a dívida do Estado de Minas Gerais. Alguém diz 9, outro diz 12, outro, 15, outro, 18. Ora, é inadmissível que nós, Deputados Estaduais, responsáveis pelo controle da execução orçamentária, não saibamos qual é a dívida do Governo. Temos de acompanhá-la "pari passu". Na hora de votarmos, como votamos ontem a Resolução nº 408, sabemos que o Governo vai pegar emprestado 230, 240, não sei quanto de dinheiro, da CEMIG. Não foi citado sequer se essa operação era possível, tivemos de descobrir. Por isso, gostaria de elogiar o Presidente desta Casa, a atual Mesa, que hoje está com esse compromisso e trabalhando nessa direção. Percebo que os Deputados desta legislatura estão com muito mais interesse do que na legislatura passada, talvez até porque antes faltavam mecanismos. Este é o momento de melhorarmos o processo.

Fiz o destaque de diversas emendas. Tenho a certeza de que a maioria delas é unicamente do interesse do Poder Legislativo. Algumas delas são do interesse do Governador Itamar Franco, que tem o discurso. E acredito que será um discurso de seriedade, de ética, de transparência, de moralidade pública. E, se for, queremos dar os mecanismos para isso e, ao mesmo tempo, colocar nas mãos dos nossos Deputados, dos nossos pares desta Casa, para, definitivamente, acompanharmos essa execução orçamentária.

Eu percebo na Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral um desejo muito grande de democratizar o orçamento público, de fazer um trabalho sério no Estado de Minas Gerais. Chega de gastar milhões e milhões apenas para atender a obras politiquieras e fazer politicagem em detrimento do povo mineiro.

Sabemos que fazer uma estrada pode ser um benefício, mas pode ser um malefício, pois posso estar desviando recursos de uma atividade mais importante. Então, para atender aos interesses políticos, às reivindicações politiquieras, porque determinada base quer, porque determinado político tem determinada ascendência, gasta-se dinheiro, e quem perde é o povo mineiro. Acho que a solução que temos para isso é discutir com o povo, com toda a sociedade mineira, um plano mineiro de desenvolvimento integrado. Temos de ir de município em município fazer essa discussão.

A Fundação João Pinheiro, o INDI, o CDI, os diversos órgãos do Estado têm como dar informações para que lá no município seja iniciada essa discussão. Depois, podemos levá-la para o âmbito regional para que a região comece a definir quais são as prioridades. Ai, sim, vamos começar a reconhecer o direito do cidadão, que não é somente o de dar o seu voto para aquele que faz uma promessa muitas vezes demagógica. Vamos fazer com que ele possa participar do processo naquilo que diz respeito à sua vida.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., mas não tive a oportunidade de ouvi-lo todo. Sei que o nobre Deputado desempenhou um papel muito importante na discussão da LDO, a sua presença foi marcante na Comissão. Gostaria de me unir à V. Exa. nessa reclamação que traz à direção desta Casa em relação à falta de oportunidade que as comissões tiveram de participar da votação. A Comissão de Direitos Humanos, que presido, e os Deputados que fazem parte dela não tiveram direito a voto.

O Deputado Sebastião Costa está me interrompendo para dizer que foram feridos os direitos humanos dos membros da Comissão de Direitos Humanos.

O Deputado Miguel Martini* - É verdade.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Não tivemos a oportunidade de votar. E está claro. V. Exa. traz o dispositivo com clareza, dispositivo que foi burlado. Lamento e quero me unir a V. Exa. porque esperávamos uma democracia, uma participação de todas as Comissões, e não foi possível todos participarmos com voto.

Quero dizer também, Deputado Miguel Martini, que essa outra discussão é muito importante para levarmos a todo o Estado a discussão da LDO, do orçamento do Estado, porque nesta Casa conseguimos rasgar tudo o que foi feito anteriormente pelos Deputados, pelos técnicos da Assembléia Legislativa, juntamente com os técnicos do Executivo e com a presença, em muitos momentos, do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Conseguimos tudo o que foi feito. Agora, só existe uma coisa: orçamento participativo. De tudo o que foi feito, as audiências públicas, por exemplo, não existe mais nada. E para cumprirmos o interesse político-partidário, vamos rasgar todo o trabalho feito pelos técnicos da Assembléia, pelos Deputados, para atender a isso. Quero, como V. Exa., recusar-me a participar disso. E mais do que recusar, quero denunciar o que está ocorrendo. E é importante o que está ocorrendo. Temos outras questões como o PMDI, o PPAG, todos anteriores à discussão. Mas temos pressa de colocar o orçamento participativo e abandonarmos completamente as audiências públicas e tudo o que foi feito até hoje. Há uma falha nas audiências públicas: os recursos não chegaram. Quem nos garante que mudando o nome para orçamento participativo, rasgando a Constituição do Estado, que prevê o PMDI, PPAG, as audiências públicas, que agora passaram a chamar orçamento participativo, teremos os recursos, que correspondem a 1%.

O Deputado Miguel Martini* - Menos. Nem um 1% dá para garantir.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Menos de 1% para Belo Horizonte, Uberlândia, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Discutir com oitocentos e tantos municípios, para rachar isso aí.

Quero, então, concordar com V. Exa., lamentar a falta de participação na discussão da LDO, porque não pudemos votar, e também concordar que a discussão tem de ocorrer. Ela antecede à pressa de votação do orçamento participativo, para atender a um interesse político-partidário. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Querida, Deputado João Leite, dizer que este Deputado apresentou uma emenda à Constituição, que foi aprovada, e já que consta no texto legal que a audiência pública deve subsidiar o PPAG e o PMDI. Agora, somos a favor, como V. Exa. o é, do orçamento participativo, mas desde que seja realmente orçamento participativo, e não esse engodo que estão querendo colocar para a sociedade mineira. Dizer que se vai discutir orçamento participativo, que não é nem 1% do orçamento, é uma coisa absurda! E aí o povo vai se frustrar mais uma vez. E quando vier uma proposta séria, o povo já não vai acreditar. Precisamos fazer uma política séria, sem demagogia. Não acredito que esta Casa e esse Estado vão levar adiante esse plano absurdo de fazer esse orçamento participativo a toque de caixa, como estão pensando em fazer, só para satisfazer um plano político.

Não acredito, acho que este Poder é mais sério do que se pensa. Acho que o próprio Governo é mais sério do que se pensa. Fazer orçamento participativo se o povo não vai decidir é

uma coisa engraçada.

Imaginem, senhores, se o Presidente da Casa dissesse assim: "Vamos fazer o orçamento participativo da Assembléia. Teremos R\$10.000.000,00 para gastar no ano, e vocês podem decidir sobre R\$1.000,00, sobre o resto decido eu. E isso é participativo, viu, gente, vocês podem decidir. Sobre R\$1.000,00 vocês resolvem. Agora, sobre os outros R\$9.999.000,00, sou eu quem vai decidir".

Onde está o orçamento participativo? Chega de enganar o nosso povo. Essa é uma proposta bonita, belíssima, claro que todos nós queremos orçamento participativo, mas não da maneira que querem fazê-lo.

Faço um apelo àqueles que estão pensando em fazer isso, que, por favor, reflitam sobre essa idéia. Deixem para o ano que vem. Vamos fazer uma discussão do PMDI com a sociedade, vamos fazer uma discussão do PPAG, e é perfeitamente possível fazer esse trabalho. Há vontade do Governo de se fazer isso. Não dá para sofrer a pressão de um partido só para que seja uma bandeira, uma demagogia, e frustrar mais uma vez o nosso povo mineiro.

Sei que muitos Deputados aqui já estão com dificuldades em fazer audiência pública, porque já foram frustrados em suas expectativas. Se agora vamos falar que é orçamento participativo, vou participar em quê? Vai resolver o quê? Vai decidir o quê? Acho até que seria melhor que o Governo esperasse executar esse orçamento e reunisse a sociedade inteira para dizer: "Fizemos isso no DER-MG, fizemos isso na COPASA-MG, fizemos isso na Secretaria de Obras". Ai, sim, o Governo teria credibilidade, pois estaria prestando contas ao povo.

Há Prefeitos de minha região que uma vez por mês reúnem toda a liderança do município e dizem: "Arrecadamos tanto, gastamos tanto, já gastamos nisso, naquilo, o orçamento previa isso, fizemos isso". Isso é transparência, isso é valorização do cidadão.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, quero cumprimentá-lo por essa parte específica do seu pronunciamento. É preciso que haja seriedade, que haja grandeza da parte de todos os envolvidos nesse processo. Tentar fazer um arremedo de orçamento participativo é um tiro pela culatra contra todos, contra o Governo, contra o Poder Legislativo, contra todos. É isso que V. Exa. acabou de dizer: vai estimular a demanda da população de Minas Gerais. Minas é um Estado muito pobre, existe uma demanda muito grande. Muitas coisas precisam ser feitas.

O anúncio do orçamento participativo estimula essa demanda, as pessoas vão de boa-fé e, depois, ficam frustradas com a impossibilidade do cumprimento dessas demandas, dos compromissos assumidos pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Hoje os recursos efetivamente destinados ao orçamento participativo estão reduzidos a pó de traque. Não é possível que seja feito a toque de caixa, sem um processo de reflexão e sem um exame mais cuidadoso. V. Exa. tem toda razão quanto a isso. Somo minha voz à sua, no sentido de que se faça um apelo ao bom-senso de todos nós, para que isso seja o resultado de uma análise mais cuidadosa de todos.

O Deputado Miguel Martini* - Até mesmo, Deputado Amílcar Martins, cumprindo o papel de uma Oposição responsável e dizendo: "Governador Itamar Franco, o senhor vai se queimar se fizer isso". O Governador Itamar Franco vai se queimar se fizer da maneira como estão querendo fazer. Esse é um assunto muito bonito, é realmente apaixonante, por isso não podemos desperdiçar essa oportunidade. Seria gravíssima essa frustração.

Estaremos aqui, desta tribuna, cobrando, porque estamos alertando. Vejam os senhores, se conseguirmos fazer esse debate em todo o Estado de Minas Gerais, município por município, obteremos sucesso. Somos dos poucos Estados da Federação que contam com um instrumento de planejamento do tipo do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

Eu conversava esta semana com lideranças de um município de nossa região. Diziam que estavam se mobilizando para discutir quais são os potenciais turísticos do município, o que poderiam explorar com relação ao turismo. Olha que coisa bonita seria se cada município começasse a discutir suas prioridades.

Se cada município começasse a discutir suas prioridades, estaríamos contribuindo para que a própria administração municipal fosse modificada em razão desse debate. Na medida em que a sociedade se reunisse para definir as prioridades daquele município, os próximos candidatos necessariamente priorizariam aquela decisão da comunidade. Qual é a decisão que queremos aqui para as áreas de educação, saneamento, geração de empregos, turismo? Quais são as nossas necessidades? Quais são as prioridades? Mas é necessário que o Prefeito informe à sociedade.

Às vezes um município tem uma carência de 500 vagas na escola. O primeiro raciocínio do Prefeito seria construir mais 10 escolas, para gerar 500 vagas. Pode ser que num debate como esse conclua-se rapidamente que a repetência é da ordem de 450 a 500 alunos por ano. Então basta melhorar o treinamento dos professores, que não será mais necessário construir escolas. Digo sempre que quem entende de saúde não é o médico, é o pai de família, é o cidadão. Por que não vamos promover essa discussão? Precisamos fazer uma discussão séria. Não dá para fazer um engodo, mais uma vez, para a sociedade mineira. Os mineiros estão cada vez mais desejando participar do processo. Cada dia constatamos mais o interesse do cidadão. O povo está gostando das notícias veiculadas através da TV Assembléia, do Assembléia Informa. Por que vamos frustrá-los?

Deputada Maria Tereza Lara, sei que V. Exa. é uma defensora como eu. V. Exa. também poderia ajudar para não deixar isso acontecer agora, porque vai frustrar a expectativa do nosso povo. A audiência pública é até menos pior, porque é um processo para subsidiar.

O Deputado Marco Régis (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, estamos acompanhando, há mais de 30 minutos, seu pronunciamento revestido de brilhantismo, dada à competência e ao conhecimento que V. Exa. possui para abordar assunto de tanta relevância como a discussão do orçamento do Estado. Desde a legislatura passada, V. Exa. faz parte de uma importante comissão temática da Assembléia Legislativa, a Comissão de Fiscalização Financeira. V. Exa. é o Presidente da União Nacional de Legislativos e, hoje, representa um dos parlamentares que pontificam na Assembléia Legislativa, em virtude do trânsito nacional que tem e de suas constantes peregrinações pelo Brasil e pelo exterior, participando de discussões em nível parlamentar.

Peço vênias para não comungar de críticas específicas que V. Exa. possa ter tecido ao atual Governo do Estado, em suas ponderações. Mas quero fazer coro com V. Exa., pois não posso aceitar ou engolir que façamos um orçamento participativo no presente exercício, a não ser para manter as aparências.

Amanhã estarei na minha cidade, reunindo a população para o orçamento participativo. E o que discutiremos? Estamos acabando de votar a LDO hoje e amanhã discutiremos a parte inicial do orçamento participativo lá na cidade de Muzambinho. Posteriormente haverá reuniões regionais. Amanhã cada cidade apresentará suas reivindicações. Como V. Exa. e como quase toda a Assembléia Legislativa, sou favorável a que construamos um orçamento em bases democráticas, ouvindo todos os segmentos da sociedade. Mas sabemos que, para isso, há embaraços também. Participei, já por algumas vezes, da elaboração do orçamento participativo municipal da região de Venda Nova e vejo muitos embaraços que temos para resolver. Sei que há pequeninas ruas, ruelas de Belo Horizonte, nas quais a população de 50, 70 habitantes não tem voz na hora de elaborar um orçamento participativo. Eles têm que fazer conchavos entre si e dificilmente conseguem ter voz para que a sua rua tenha rede de esgoto, para que a sua rua tenha asfalto. Percebi isso em algumas vezes, participando de reuniões do orçamento participativo estadual.

O Deputado Miguel Martini* - Só um parêntese, depois V. Exa. continua com a palavra. É só para dizer o seguinte: se não tivermos um bom mecanismo de audiência pública e de orçamento participativo, os Vereadores, os caciques e coronéis é que vão definir. Temos que ter um bom mecanismo. Isso é possível onde não há influência desses Vereadores.

O Deputado Marco Régis (em aparte)* - Concorro com V. Exa., porque, na discussão do orçamento participativo, entram lideranças fortíssimas e muitas vezes até Vereadores, que vão influir. Então, na verdade, queremos uma coisa democrática. É importante tudo ser discutido, mas nós também, como parlamentares, já somos representantes do povo, fomos eleitos para representar a sociedade aqui na Assembléia Legislativa. Então têm que ser, realmente, colocados os pingos nos "is", para que possamos discutir.

Na minha gestão de Prefeito numa cidade do interior de Minas, de 1989 a 1992, criamos o chamado Conselho do Povo. O Conselho do Povo era representado por lideranças

comunitárias e até por Vereadores. Nós vamos discutir o orçamento junto com esse Conselho. Isso, nos idos de 1990, já no começo desta década. Acho que também era uma forma democrática de se fazer o orçamento. Eu não sei até que ponto temos que chegar ao capilar final dessa grande corrente e conseguir ouvir. Não adianta ouvir, se a pessoa, depois, como se diz, naquela pequenina rua de Belo Horizonte, não tem voz para chegar e exigir, não tem delegados suficientes na hora de votar, porque o orçamento participativo se faz com voto. Os crachás são levantados e exibidos na hora de votar. É por voto, e aquelas pequenas ruas e pequenos segmentos da comunidade não têm voz. Agora imaginem isso ampliado para todo o Estado. O meu pensamento é que este ano, realmente, vai ser impestivo, vai ser açodada a realização do orçamento participativo. Estou de pleno acordo com V. Exa. e com grande parte dos Deputados, sem qualquer crítica deliberada, sem qualquer crítica tendenciosa. Acho, como V. Exa., que realmente temos que ser corretos na nossa postura como parlamentares. Eu não estou aqui para ser dissimulado, eu não vim cá para fazer média com ninguém na Assembléia Legislativa. Estou aqui, realmente, para expor o meu ponto de vista e, como tal, eu o estou manifestando. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Eu concluo dizendo que acredito que, com a mobilização de todos os nobres pares desta Casa, vamos impedir que isso aconteça, para não frustrarmos mais uma vez o povo mineiro. Tenho certeza de que todos os Deputados desta Casa concordam, todos os partidos concordam com que façamos um orçamento participativo real. Queremos a participação da sociedade, mas não queremos enganá-la. Queremos, realmente, chamar a sociedade para participar do processo e até mesmo acabar, de uma vez por todas, com essa mentalidade de que o político vai fazer favor. Político, quando faz qualquer obra, não faz favor para ninguém, ele cumpre a sua obrigação. O Governador, quando faz uma obra ou faz uma estrada, não está fazendo favor para ninguém. O Deputado, quando leva uma obra, não está fazendo favor para ninguém. É obrigação do parlamentar estar aqui, atento ao orçamento, defendendo o interesse da sua região, porque quem faz obras é o Governo. O Governo faz obra que o Poder Legislativo autoriza a fazer. Então temos que mudar essa cultura e essa mentalidade. Na medida em que a sociedade começar a participar, ela vai perceber isso, ou seja, que ela tem que reivindicar e não ficar agradecendo os favores que A ou B porventura façam. As pessoas vão perceber que têm direitos, que são cidadãos, que pagam os seus impostos e têm direito de acompanhar, democraticamente, a execução do orçamento. Com muito prazer, Deputado Adelmo.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, parabeno-o por suas considerações. Concordo com a maioria delas.

Vale a pena destacar, neste momento, a constituição da comissão especial para votar a LDO. Tenho certeza de que, na próxima votação, teremos dado um grande passo à frente. A comissão especial que terá, em sua estrutura, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, deverá discutir e votar a LDO. Isso é absolutamente correto.

Quero fazer, também, uma reflexão sobre o orçamento participativo. Considero, Deputado Miguel Martini, que enganar o povo é oferecer um valor para ser discutido no orçamento e, depois, diminuir esse valor.

Muitos Deputados se exaltaram aqui com a proposta apresentada de discutirmos o orçamento do Estado. Se tivermos, neste momento, R\$10.000,00, R\$100.000,00 ou R\$1.000.000.000,00 não importa. O que importa é que eles sejam empregados naquilo que o orçamento decidiu.

Tenho confiança no Governo atual. Tenho a certeza de que o Governador Itamar Franco tem mais seriedade que o anterior. Tenho a convicção de que as coisas serão, agora, diferentes. No passado, além de terem sido oferecidos valores muito pequenos, eles não foram empregados onde havia sido determinado pelo orçamento votado por esta Casa. Isso é que é falsificar a verdade, isso é que é manipular o povo, isso é que é enganar.

O Governo atual está também oferecendo poucos recursos. O momento não permite que seja diferente. Vale, mesmo assim, fazermos o orçamento participativo, porque ele tem uma dimensão muito maior do que simplesmente discutir a repartição dos recursos públicos. Ele abre a possibilidade de se discutir a realidade do Estado.

Quando discutirmos o orçamento participativo em cada canto do Estado, a população poderá saber como os recursos do Estado serão distribuídos entre os funcionários públicos, o pagamento da dívida do Estado e a execução de obras. E, além do mais, tudo isso vai constar, mais tarde, na prestação de contas do Governo.

Em meu entendimento, cada vez mais o valor disponível deve ser do conhecimento do povo, para que possamos juntos definir as prioridades. O fato de os recursos oferecidos pelo Governo serem poucos não justifica adiarmos o orçamento participativo. Se assim fizermos, causaremos muita frustração à população, que já aguarda a oportunidade de participar de seu próprio destino.

Sei, Deputado Miguel Martini, do empenho de V. Exa. na construção da democracia. Temos de fazer um esforço, neste momento, para debatermos a realidade do Estado. O povo decidir sobre o pouco que tem já é um avanço, desde que o destino desse pouco seja realmente cumprido. O que é inaceitável é dizer que tem R\$10.000,00 e oferecer R\$2.000,00. Isso é enganação que não podemos aceitar.

O Deputado Miguel Martini* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, vou continuar dando-lhe a palavra, mas veja bem: não temos ainda um plano plurianual. Não sabemos qual é o programa de Governo para os próximos três anos e meio. Seria fundamental que a sociedade discutisse isso. Seria fundamental que fôssemos a todos os municípios dizer onde o DER-MG vai gastar o dinheiro, mas quero ver se o Diretor do DER-MG ou o Secretário de Obras vão chegar a Uberlândia e dizer que há recursos destinados à construção de obras, mas só em Ubá ou em Pouso Alegre. Para fazermos o que V. Exa. está apresentando na teoria, teríamos que anunciar as obras que a CEMIG e a COPASA vão realizar. Ai, sim, poderíamos, depois, prestar contas. Por isso é que neste primeiro momento não deveríamos fazer o orçamento participativo.

Não estamos negando. Queremos, mas podemos nos frustrar, porque os recursos são ínfimos, e não haverá o debate de um orçamento como um todo. Se já temos as audiências públicas, porque não continuar, ainda este ano, com a audiência pública, que é uma forma participativa e, no próximo ano, faríamos uma ampla discussão, em todo o Estado, para o PMDI, o PPAG e também o orçamento, mas a partir de uma discussão ampla, porque didaticamente funcionaria melhor para o nosso cidadão, para o nosso eleitor.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Temos de partir do princípio de que, segundo o pensamento chinês, "mil milhas devem começar com o primeiro passo."

O Deputado Miguel Martini - A audiência pública é o primeiro passo. Temos de avançar para o orçamento.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, gostaria que não frustrássemos a possibilidade de discutir e debater. Concordo plenamente. Não é que tenhamos o PMDI, o PPAG, para que façamos o orçamento participativo, porque ele perde um pouco a sua dimensão.

Seria interessante começarmos a discutir para que a população de Minas Gerais possa dizer agora que pode, que quer interferir e sugerir até mesmo a elaboração de um Plano Plurianual consistente.

O Deputado Miguel Martini* - Estaremos queimando etapas, Deputado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Essa é uma questão dialética.

O Deputado Miguel Martini* - Estou dizendo de baixo para cima, e não é assim que funciona. Quando se pergunta lá, ele acha que pode pedir o que quiser. Esse é o problema. Na teoria poderia ser, mas primeiramente dever-se-iam passar-lhe informações. Se a maioria dos Deputados ainda têm dificuldade de entender o orçamento, imagine o cidadão?

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Essa é uma questão dialética importante. Se deixarmos um momento importante de construção do PMDI e frustrarmos a possibilidade de debate e discussão nesse momento, vamos nos concentrar nas reuniões e perder a oportunidade extremamente rica da possibilidade de participação. A sociedade vai participar e o Governo tem a obrigação de disponibilizar as informações para o povo e acolher esse debate como um momento extremamente rico da sociedade. A construção desse projeto não é um momento da nossa história, é um contínuo. Por isso é valioso acolhermos essa proposta como um grande desafio.

Posso afirmar, Deputado Miguel Martini, tenho a convicção de que este Governo de Minas Gerais vai dar um exemplo diferente ao dado no passado. Não vai frustrar a população

pelo seu compromisso com as políticas sociais, o combate a esse neoliberalismo deslavado que aí está.

Tenho a certeza de que essa discussão vai enriquecer Minas Gerais. Nesse momento, o povo mineiro, mesmo dispondo de poucos recursos, mas de muita vontade de construir uma democracia, vai contribuir para que isso seja um salto de qualidade em relação a um plano mineiro de desenvolvimento da mais alta qualidade e um Plano Plurianual que possa garantir a justiça, a implementação das políticas sociais, colocando-as acima dos interesses capitalistas que eventualmente prevalecem na lógica da política federal.

O Deputado Miguel Martini* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, encerro o meu pronunciamento dizendo que, nesse momento, acho, com toda a sinceridade, esse é um ato político - ainda não é um ato administrativo - melhor para o Estado de Minas Gerais. Acho que as audiências públicas não frustrarão as expectativas, porque estamos ouvindo a sociedade. Quando falar orçamento participativo, tenho realmente de discutir orçamento baseado em parâmetros, em dados, em informações, baseado em uma proposta maior que o Plano Mineiro, que é o Plano PPAG.

Fazer agora é uma precipitação perigosa. Acho que podemos nos frustrar. Tenho medo de que isso aconteça. Sou amplo defensor do orçamento participativo, mas fazê-lo agora será um grave erro para o Estado de Minas Gerais. Poderemos queimar etapas de um processo que poderia ser tão rico para a democracia com o reconhecimento da cidadania. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente e Srs. Deputados, amigos da imprensa, tenho certeza de que o meu tempo aqui será muito curto, para que possamos terminar os nossos trabalhos e sairmos desta Casa, para o recesso, com a consciência do dever cumprido.

Primeiramente, gostaria de parabenizar, nesse final de semestre, toda a direção desta Casa, o Sr. Presidente, os membros da Mesa e os Srs. Deputados. Não tenho nenhum constrangimento em dizer de público que, nesses primeiros cinco meses que aqui estou, aprendi muito mais do que pude ensinar, com o conhecimento profundo dos senhores e com o equilíbrio de muitos. Quero agradecer também aos funcionários desta Casa, porque sem eles não teríamos condições de fazer absolutamente nada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Desde a direção até aquele cidadão que está limpando o elevador, que limpa o piso desta Casa, todos merecem o meu reconhecimento. Peço a Deus que nos ilumine daqui a 20 dias, quando estivermos de volta, para que possamos terminar o ano com dados positivos, com o equilíbrio que estamos mantendo no Legislativo, como também o equilíbrio no Governo do Estado de Minas Gerais, para que a população possa ganhar com todos esses atos.

Sr. Presidente, parabeno-o em nome de toda a Mesa, pelo trabalho sério que vem desenvolvendo em nossa Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados que integram a Mesa, Srs. Deputados que estão no Plenário, senhores da imprensa, senhoras e senhores, não venho aqui para tecer longos comentários sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas apenas para fazer alguns registros. O primeiro deles é com relação à interpretação dada para as reuniões da Comissão Conjunta. Quero crer que quem é convidado a participar tem o direito de fazê-lo. Mas cheguei à conclusão de que a nossa presença na Comissão, como representante da Comissão de Educação e substituindo o Deputado Paulo Piau naquela reunião, foi um ato inútil.

Nesse sentido, quero pedir à Mesa que, dentro dos seus princípios democráticos, reexamine aquela deliberação, a fim de que a reunião conjunta se torne de fato uma reunião conjunta. Caso contrário, acontecerá como nesse episódio, quando alguns que lá estavam decidiam e outros apenas assistiam. E não posso continuar participando na qualidade de assistente. Peço ao Presidente que reexamine essa questão, para que no próximo ano ou talvez na votação do orçamento, tenhamos oportunidade de participar efetivamente daquela Comissão.

Quero ressaltar aqui o esforço dos Deputados, principalmente do Deputado Miguel Martini, em sua luta para que se inserissem na Lei de Diretrizes Orçamentárias diversas emendas. É muito importante a participação de um parlamentar para nortear as diretrizes que o Estado pretende adotar para o próximo exercício.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que, para todas essas emendas, não faltou a boa-vontade do ilustre relator. Sei que ele não pôde acatar algumas emendas, mas não faltou boa-vontade. O que faltava, às vezes, era o fator tempo. Estou aqui na Assembléia há oito anos e alguns meses e sempre ouvi a Oposição dizer que as mensagens importantes chegavam aqui na última hora. E isso não mudou. Mudou o Governo, mas não mudou o comportamento. As mensagens importantes continuam chegando aqui ao apagar das luzes, no início do recesso.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Sebastião Costa, quero apenas dizer algumas palavras muito breves, de reconhecimento e agradecimento pelo esforço conjunto de vários companheiros nesta Casa.

Gostaria de ressaltar a importância do trabalho do Deputado Miguel Martini, sempre atento e interessado, por seu esforço para com as questões do orçamento, dos representantes da Situação e da Oposição, de Deputados do meu Partido, do Deputado João Leite e tantos outros companheiros, de V. Exa., por sua participação, e de tantos outros. Mas gostaria de reservar uma palavra de agradecimento final e definitiva, e tenho a certeza de que falo em nome do PSDB e de todos os meus companheiros, ao Deputado Eduardo Hermeto, relator da LDO. O consenso se deu graças ao seu trabalho, muitas vezes anônimo, que não aparece, mas costurado por ele, com sua postura elegante e respeitosa. Ele trabalhou junto a companheiros de todas as bancadas e, graças a esse esforço, chegamos a esse resultado.

Finalmente, agradeço e reconheço o trabalho do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem sido um interlocutor confiável em todos os entendimentos feitos. Seu empenho em costurar os consensos, deixando à parte os momentos de dificuldade, de confronto e as diferenças de posição, com seu jeito amável e cuidadoso de se relacionar com todos os Deputados, contribuiu muito para o resultado final a que chegamos na votação da LDO.

Portanto, reconheço o esforço de todos, dos Deputados do PSDB, do PFL, da base governista, como o Deputado Mauro Lobo, que está aqui, e que teve uma participação importante nesse processo, assim como o Deputado Hely Tarquínio e o Deputado João Leite. Mas quero reconhecer o esforço dos Deputados Eduardo Hermeto e Alberto Pinto Coelho na construção desse consenso. A eles, o nosso reconhecimento. Graças a esse esforço de entendimento é que se constrói o consenso nesta casa. É só isso. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço a intervenção do Deputado Amilcar Martins. Quero também enaltecer aqui a Bancada de Oposição. As emendas do Deputado Márcio Kangussu foram apresentadas e aprovadas, acolhidas pelo relator e pelo Deputado Miguel Martini. Essas emendas sintetizam efetivamente o pensamento da oposição.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - Obrigado, Deputado Sebastião Costa. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente, primeiramente, o líder do meu partido, Deputado Hely Tarquínio. Ele disse que a LDO é a bússola para a lei orçamentária de 2000. E nós tivemos a felicidade de apresentar algumas emendas a essa lei, que foram acatadas pelo relator, Deputado Eduardo Hermeto. Essas emendas beneficiam o vale do Jequitinhonha e o vale do Mucuri, principalmente na área de saneamento básico, área hídrica e no problema do uso e de ocupação do Estado. Quero acreditar que o Governo do Estado, quando enviar esse orçamento para esta Casa, irá respeitar a vontade do povo do Jequitinhonha e do Mucuri e a necessidade de incluir no orçamento do Estado obras e ações que minimizem o sofrimento em que vive o povo da minha região.

Meu caro Deputado Sebastião Costa, o Deputado Amilcar Martins, com grande propriedade, fez elogios ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Quero fazer coro àquelas palavras. Realmente, o Líder do Governo é um cavalheiro. Ele é um amigo, é um companheiro solidário, que sabe, com maestria, levar e administrar as diferenças que existem no Poder Legislativo, fazendo com que nossos interesses sejam voltados para um só objetivo: ações em benefício da população.

O Deputado Sebastião Costa - Ontem, os Deputados da Oposição, inclusive eu, fizemos referência positiva à atuação da Liderança do Governo, sintetizando-a na pessoa do Deputado Alberto Pinto Coelho. Toda a referência que fizemos a ele fazemos também aos seus Vice-Líderes, é claro, porque todos trabalham numa mesma direção.

Por último, gostaria de dizer que o orçamento participativo e a audiência pública são terminologias diferentes. A audiência pública está inserida na Constituição Estadual. Eliminá-la implicaria, automaticamente, a supressão do dispositivo constitucional. Por outro lado, compete ao Governo a iniciativa de fazer o orçamento, e não à Assembléia Legislativa. A Assembléia faz o seu próprio orçamento e não o orçamento de obras públicas do Estado. O que estamos ponderando é sobre a oportunidade de se fazer esse orçamento. Não acredito que ninguém da base do Governo deixaria de apoiá-lo se esse orçamento participativo ficasse para uma outra etapa porque não adianta fazer orçamento neste momento e criar mais expectativas para a população.

O problema de Minas Gerais e do Brasil não é a LDO, não é um problema político ou ideológico. Hoje, o problema do Brasil é de natureza econômica. E problema econômico não se resolve fazendo mais leis, resolve-se com ações concretas. E quando nós, da Oposição, fazemos referências positivas à Liderança do Governo, é porque achamos que ela tem um grande papel a cumprir no Poder Legislativo. Mas não somos de oposição intransigente, somos de oposição inteligente. E quem faz oposição com inteligência faz visando a dar uma contribuição. Contribuição porque temos consciência de que o Estado não pertence a uma facção política nem tampouco a uma facção ideológica, o Estado pertence a todos os mineiros, inclusive a nós. E é com esse espírito que vamos continuar aqui fazendo oposição, sim, mas de forma inteligente, contribuindo quando pudermos e divergindo quando entendermos ser necessário.

O Deputado Marco Régis (em aparte)* - V. Exa. sabe o quanto o admiro pelo seu trabalho aqui na Assembléia Legislativa. O seu terceiro mandato por si só fala do prestígio que V. Exa goza perante os eleitores de Minas Gerais. Com todo respeito, gostaria de fazer um pequeno reparo na sua fala. V. Exa disse que o problema do Brasil não é ideológico, é econômico. Não poderia me calar porque entendo que o problema econômico está embutido no problema ideológico. Hoje, vivemos numa quadra onde o Consenso de Washington e várias soluções econômicas ditadas lá de fora para o Brasil têm forte conteúdo ideológico.

O Deputado Sebastião Costa - Eu entendo a posição de V. Exa., mas não concordo com ela, porque o Governo brasileiro não é de uma pessoa, tampouco de uma facção. Os fatos se sucedem. Hoje temos como Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas tivemos outros no passado, como o Dr. José Sarney, Fernando Collor, também eleito pelo voto popular, tivemos o Dr. Itamar Franco, que o substituiu, e o modelo não modificou muito. Então, costume dizer que o dia em que adotarmos no Brasil uma agenda positiva, tivermos a humildade de reconhecer os acertos dos nossos adversários e de reconhecer os nossos próprios erros, tenho a certeza de que, independentemente do modelo, da forma de dirigir, o Brasil encontrará o caminho. O nosso problema, volto a repetir, não é ideológico, é de ordem econômica.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa Acordo de Líderes, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, pelo qual, nos termos do § 4º do art.73 do Regimento Interno, acordam em apresentar, durante a discussão do Projeto de Lei nº 343/99, em Plenário, a emenda anexa a esse acordo.

EMENDA Nº 103 AO PROJETO DE LEI Nº 343/99

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - Na prestação de contas anual do Governador relativa ao exercício de 2000 constará relatório da execução dos investimentos em obras, contendo informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas, comparando-se a despesa autorizada com a realizada.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 1999.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o acordo e atribui à emenda o nº 103.

Sala das Reuniões, 9 de julho de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a votação destacada da Emenda nº 7. A Presidência defere o requerimento, nos termos do inciso XVII do art. 223 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini solicitando a votação destacada das Emendas nºs 13 e 14. A Presidência defere o requerimento nos termos do inciso XVII do art. 223 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e as subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 103. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Com a aprovação da Emenda nº 103 fica prejudicada a Emenda nº 15. Em votação, a Emenda nº 7 destacada. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, a Emenda nº 7 foi assinada pelo companheiro Deputado Durval Ângelo em nome da Bancada do PT. A emenda consiste exatamente no seguinte. (- Lê:)

"Os recursos de responsabilidade do Estado destinados à celebração de convênios, com entidades privadas e municípios, com a finalidade de conceder subvenção social, auxílio para despesa de capital e transferência aos municípios serão alocados exclusivamente:

- 1 - no Fundo Estadual de Assistência Social, quando se referirem a ações de assistência social;
- 2 - no Fundo Estadual para Infância e Adolescência quando se referirem a programas de atendimento à criança e ao adolescente;
- 3 - no Fundo Estadual de Saúde, quando se referirem ao desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde.

Parágrafo único - Os recursos destinados à concessão de subvenção social, auxílio para despesa de capital e transferência aos municípios não poderão ser alocados no Poder Legislativo".

A intenção dessa emenda, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, é estar em consonância com o projeto já apresentado nesta Casa, na legislatura passada, de iniciativa popular. Está em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social que determina que toda verba de subvenção para assistência social e também para a saúde deve ser alocada num fundo administrado, dirigida por um Conselho formado, além dos Poderes Executivo e Legislativo, também por entidades da sociedade civil.

Nós, do PT, achamos que são exatamente esses fundos, com esses conselhos, que melhor podem gerenciar as verbas de subvenção social e que essas verbas não devam ser gerenciadas pelo Poder Legislativo. Já estamos fazendo essa discussão há mais tempo.

Durante sua apresentação, essa emenda não foi acatada pelo relator. O Deputado Adelmo Leão acabou por apresentar, posteriormente, uma emenda. Essa, sim, foi acatada. Em nosso entender, isso significa um avanço, porque ela coloca que prioritariamente as verbas devem estar no Fundo.

É claro que isso significa um avanço, visto que esses fundos sempre foram esvaziados. Essas verbas jamais foram destinadas a esses fundos, que julgamos serem apropriados para gerenciar essas verbas. Eles contarão também com a participação do Legislativo, da sociedade civil e do Poder Executivo no controle desse Fundo.

Resolvemos pedir o destaque dessa emenda, pedir o apoio dos Deputados, porque julgamos que já há um consenso na Casa de que a melhor maneira de distribuição da subvenção não é pelos próprios Deputados, pela Assembléia Legislativa. É voz corrente aqui que este não é o melhor critério. Portanto, gostaríamos de ver garantidos no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que a Assembléia Legislativa não teria, como acho que não terá, o papel da destinação dessas verbas de subvenção.

Além do mais, peço também aos companheiros da bancada do Governo o acompanhamento da votação com o argumento de que foi um compromisso do Governo do Estado, do Governado Itamar Franco, de que a verba de subvenção não seria destinada à Assembléia Legislativa para distribuição por parte dos Deputados.

Em consonância também com o pensamento do atual Governo, pretendemos incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias o conjunto da destinação para os três Fundos que a emenda mencionada, controlada essa destinação pelo respectivo Conselho, ficando à Assembléia Legislativa expressamente vedado o papel de efetuar a distribuição dessas verbas.

É nesse sentido que a Bancada do PT faz o destaque e pede o apoio do conjunto dos Deputados desta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 7. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 13 destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Tenho a certeza de que terei a aprovação dos nobres pares desta Casa, porque é para cumprir um preceito constitucional. Já está na Constituição que é obrigado que o orçamento desça até subprojeto e subatividade, o que significa que o Governo tem de dizer qual é a obra que ele pretende realizar. O que queremos é acabar com os termos genéricos.

Tenho a certeza de que os nobres pares desta Casa, independentes como são, desejosos de transparência e de um orçamento real, votarão comigo. O parecer é pela rejeição, mas tenho a certeza de que todos nós vamos aprová-lo, porque melhora a capacidade de o Poder Legislativo fiscalizar o Executivo.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 13. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 14, destacada, que recebeu parecer também pela rejeição. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, agora quero chamar a atenção do Deputado Alencar da Silveira Júnior para o fato de estarmos em um processo de votação. Todos queremos votar, o que não pode atrapalhar o processo de discussão e debates. Não queremos obstruir, pelo contrário. Queremos só fazer um encaminhamento para que cada Deputado, ao votar, saiba o que está votando. O que queremos é que o orçamento que vier para ser votado seja, de fato, aquela expectativa de receita com as despesas previstas. Hoje, temos o orçamento feito do final para o começo. Você acha que vai gastar R\$13.000.000,00. Ai, inventa receita até chegar a essa quantia. O que queremos é que seja explicado para nós onde está prevista essa receita, para que tenhamos um mínimo de informações. Tenho a certeza de que desta vez teremos mais sorte e que os Deputados votarão comigo nessa matéria.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 14. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 343/99 com as Emendas nºs 16, 22, 60, 62, 68, 70, 72, 77, 83, 101, 102 e 103 e com as Emendas nºs 2, 4, 11, 19, 26, 35, 55, 80, 81 e 100 na forma das subemendas que receberam o nº 1. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário sobre a rejeição do destaque da Emenda nº 7, que trata das subvenções sociais. De todas as dificuldades da política, a maior é a hipocrisia. Em todos os dias, os gabinetes dos Deputados recebem ofícios de creches, de asilos, de associações comunitárias apresentando projetos justos para investimentos e solicitando verbas, que os Deputados ajudem a viabilizar junto ao Governo verbas para resolver problemas localizados, aonde o olho do Governo não consegue chegar, nem sequer o olho dos conselhos. Vejo, Sr. Presidente, que parece que o movimento de creches que assina o documento apoiando essa emenda esqueceu de avisar as creches para elas não pedirem verbas, porque o movimento é contra. Ou será que o movimento de creches não representa todas as creches? As creches do interior continuam pedindo, as creches de Belo Horizonte continuam pedindo, solicitando subvenção, para poder resolver os seus problemas.

No ano passado, Sr. Presidente, o que eu não gostaria que passasse é que a verba de subvenção... A verba de subvenção pode acabar. Nós não podemos aproveitar é o pretexto de acabar com a subvenção para cortar verbas de investimentos na área social. É a área social que segura a barra. As entidades filantrópicas é que seguram a barra. Será que vamos ser obrigados a passar verbas para um conselho, para um fundo municipal desonesto e a não passar para um asilo honesto? Será que, se houver um fundo municipal que não seja bem-intencionado, mesmo ele não sendo bem-intencionado, como um exemplo que vou citar daqui a pouco, seremos obrigados a colocar esse dinheiro nas mãos das pessoas que não são confiáveis e deixar de atender, por exemplo, a uma APAE confiável do interior do Estado ou de Belo Horizonte? Acho que temos de criar critérios para saber quem vai receber essas verbas e como vai aplicá-las.

No ano passado, iniciou-se, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um movimento contra a ordem dada à Associação Mineira de Paraplégicos para devolver ao Governo do Estado R\$210.000,00, que lhe haviam sido enviados para a aquisição de aparelhos auditivos para crianças matriculadas em escolas municipais e estaduais e para a aquisição de cadeiras de rodas.

A prova de que os conselhos não são tão isentos assim é que recebi uma proposta que também foi feita ao movimento que se organizou na Secretaria: se o nosso Vereador, em Belo Horizonte, votasse no candidato a Presidente da Câmara que estava representando a chapa do Prefeito Célio de Castro, nossa verba seria liberada. Não vou declinar nomes, pois a pessoa que me fez a proposta está presente, mas seus termos eu repito: se o Vereador Leonardo Matos votasse no Dr. Ovídio Teixeira para Presidente da Câmara de Belo Horizonte, o Conselho Municipal de Belo Horizonte assinaria para que a verba de subvenção fosse, de novo, repassada à Associação dos Paraplégicos.

O que quero discutir, neste momento, é critério. Se a política é exercida pelos Deputados, necessariamente ela não vai deixar de ser exercida pelo Conselho.

Não podemos trair as entidades de assistência social que nos procuram porque acreditam no trabalho dos Deputados. No dia em que elas pararem de nos procurar, será sinal de que todas estão convictas de que as subvenções têm de acabar. Por enquanto, recebemos centenas de cartas por mês de entidades que estão tendo de fechar suas portas, como é o caso de creches, que não têm sequer um "freezer" para conservar a comida das crianças.

A hipocrisia tem de ser combatida. No dia em que a justiça social chegar a todos os cidadãos por meio do contrato social, o problema estará eliminado. Os conselhos não têm vara de condão para identificar as pessoas, até porque sabemos que eles têm composição paritária, e, nesse caso, o voto de desempate é sempre do membro do Governo que exerce a Presidência.

A subvenção tem de acabar pela base, e não pela cúpula que domina a base e que, nem sempre com legitimidade, fala em seu nome.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Para declaração de voto relativo à Emenda nº 7, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu reconhecimento à sensibilidade do relator da LDO, que acolheu a emenda que estabelece, como diretriz fundamental, a destinação dos recursos de subvenção social para o Fundo Estadual de Assistência Social. Esses recursos serão destinados, prioritariamente, ao atendimento do Plano Estadual de Assistência Social, que é elaborado em conferências municipais e na Conferência Estadual de Assistência Social, que tem a participação de milhares de pessoas vinculadas ao poder público e às organizações não governamentais.

Manifesto minha admiração pelo Deputado Márcio Cunha, que, na tribuna, referindo-se a Dom Hélder Câmara, nos chamou a uma séria reflexão: "O sonho sonhado junto pode ser

uma realidade".

Estou sonhando com muito mais do que a proposta que nos foi apresentada. Minha esperança é que possamos dar um salto de qualidade na política social, que, há muito, de forma absurda, vem mantendo o clientelismo perverso e a subcidadania no Estado.

Com o acolhimento da proposta pelo relator, avançamos um pouco nesse sentido. Não podemos trabalhar na dicotomia de que a base ou a cúpula é que têm de resolver. Não. Todos nós temos de resolver.

Entendo que as creches têm de buscar os Deputados, porque, até ontem, eram eles a fonte da assistência social, a fonte de financiamento da assistência social da maneira mais perversa e atrasada possível.

Estou muito feliz em participar dessa política cujo Governador, antes de ser eleito, e talvez por isso tenha ganho mais votos, sinalizou claramente que política de assistência social tem de ser política de cidadania, quando ele disse que não destinaria isso para a Assembléia Legislativa, porque a forma é distorcida, a forma é inadequada.

Infelizmente, no momento em que um parlamentar distribui os recursos de assistência social, mesmo o fazendo de maneira honesta, mesmo destinando-os para instituições que prestam serviços relevantes de assistência social, mesmo garantindo a cadeira de rodas a quem dela precisa, o medicamento para o doente que não tem condições de adquiri-lo através de recursos próprios, ele submete o cidadão portador de necessidade a uma condição perversa de quebra do seu direito de cidadania.

Esse cidadão recebe os recursos públicos como se fosse um presente, como se fosse uma dívida, como se fosse um favor. Como essas pessoas não têm como pagar favores com recursos materiais, ficam com dívida de gratidão, e a dívida de gratidão é paga com o que ele tem de mais valioso e digno: o seu voto. Ele acaba trocando o voto, usando o voto para pagar um valor material do qual ele é portador de direito. Por isso, insistentemente tenho vindo a esta tribuna, tenho participado desta Assembléia Legislativa. Nós, Deputados, devemos trabalhar na lógica de construir políticas de cidadania, políticas promotoras da dignidade humana, e não políticas que exploram o que há de mais valioso: o direito de cidadania das pessoas portadoras de dificuldades, de deficiências, de necessidades que o Estado deveria estar suprindo.

Espero que o meu sonho seja realizado com o sonho do Governador de Minas Gerais e com a atitude concreta do Governador Itamar Franco de no próximo orçamento garantir todos os recursos de assistência social para as políticas de assistência social, para o Plano Estadual de Assistência Social e os planos municipais.

Se houver alguma irregularidade, as Câmaras de Vereadores e a Assembléia Legislativa devem fiscalizar, acompanhar, orientar e ajudar na aplicação correta dos recursos públicos. E não venham com a balela aqui repetida sistematicamente de que Deputados devem distribuir recursos públicos, porque sabem onde está o problema. Todos nós temos de cumprir uma política de cidadania no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei breve, tão-somente para mais uma vez sublinhar e destacar a participação de todos os Deputados que, sem dúvida alguma, colaboraram para o aperfeiçoamento desta lei importantíssima que acabamos de votar.

Foram, como dizíamos, 102 emendas. Houve uma participação como nunca nesta Casa Legislativa, portanto, isso é fruto, sem dúvida alguma, da vontade de participação dos Deputados. Nesse sentido, quero cumprimentar todos os Deputados que direta ou indiretamente participaram, debruçaram-se sobre esse assunto e puderam dar a Minas uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que talvez não fosse a tão sonhada por todos nós, mas, sem dúvida alguma, reflete a dificuldade e a realidade do nosso momento.

Quero, Sr. Presidente, cumprimentar mais uma vez os ilustres Deputados Eduardo Hermeto e Rêmoló Aloise, respectivamente relator e relator adjunto que se esforçaram ao máximo para aproveitar todas as sugestões dos Deputados. Quando não foi possível aproveitar diretamente, aproveitaram através de subemendas.

Quero também deixar gravado nos anais da Casa um voto de confiança, de determinação, de alegria pelo trabalho dos companheiros Deputados Mauro Lobo, Rogério Correia, Olinto Godinho, Miguel Martini, Eduardo Hermeto e Rêmoló Aloise, que conosco compõem a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Parabéns a esta Casa porque estamos fechando hoje, com chave de ouro. Muito obrigado.

O Deputado Eduardo Hermeto - Não poderia deixar de registrar, neste momento, a minha alegria com a aprovação da LDO, que, tenho certeza, traz aspectos de modernidade, aspectos desenvolvimentistas para o nosso Estado. E isso só foi possível graças, primeiramente, à colaboração de todos. Realmente foi muito importante a participação dos colegas na apresentação de emendas e discutindo os seus pontos de vista. Essa foi, certamente, uma colaboração muito grande que esta Casa deu para Minas Gerais, para o orçamento e para as finanças do nosso Estado.

Não poderia deixar também de ressaltar que o nosso Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, teve uma importantíssima atuação nesse processo, procurando, como interlocutor, compatibilizar, de forma bastante competente, os desejos desta Casa com as diretrizes de Governo. Ele teve uma participação muito importante, e acho que a cada dia estamos valorizando mais essa forma tranqüila, serena e cavalheira de ele relacionar esta Casa com o Governo do Estado.

Também não poderia deixar de ressaltar, neste momento, a grande importância do corpo técnico desta Casa, um grupo que a todo momento é elogiado por nós, parlamentares, mas que tem de ser o nosso orgulho, porque é nacionalmente reconhecido que temos o melhor corpo técnico do Brasil. E se o temos, devemos também, neste momento, curvarmo-nos a uma pessoa, Dr. Dalmir de Jesus, que foi o homem que implementou essa forma de trabalhar aqui na Assembléia.

Nesse momento, sinto-me com a missão cumprida e relato a minha satisfação em dizer que pude cumprir-la da melhor forma possível, graças à colaboração de todos.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaríamos, neste momento, de dizer que votamos favoravelmente à Emenda nº 15, que foi atendida na Subemenda nº 103. Ela representa exatamente o embrião do que deverá ser, daqui para a frente, a LDO e o orçamento, porque ela prevê que, no ano 2001, as receitas estimadas, fixando-se a despesa, poderão ser comprovadas pela fiscalização desta Casa. Haverá um demonstrativo de que determinada quantia foi destinada para executar um gasto na estrada X, por exemplo, e no ano 2000 poderemos fazer isso. Esse é o modelo, é o paradigma de orçamento e da LDO. Esperamos que, na medida em que este Poder Legislativo desenvolver a elaboração da LDO e dos orçamentos, tenhamos esse paradigma para seguir em todos os setores. Como disse anteriormente, os Deputados são aqueles intermediários, são aquelas pessoas que representam o povo, que trazem para cá os problemas que afligem o povo nas diversas regiões de Minas Gerais, que estabelecem as regras, que colocam na LDO essas necessidades e as configuram no orçamento.

E essa LDO está ligada também ao PPAG, que é o Plano Plurianual Governamental, e ao PMDI. Esses quatro itens - LDO, orçamento, PPAG e PMDI - têm de ser vistos de forma integrada, de forma volumétrica.

Gostaria de salientar a importância de cada Deputado. Cada um representou, de forma até febril, a sua região e trouxe para cá suas necessidades, discutiu e debateu com as diversas bancadas, em que pese a existência das divergências, muitas vezes ideológicas, mas também de interesses, porque elas existem, sim.

Gostaria também de reforçar a palavra do Deputado Sebastião Costa, que disse que a economia hoje está ditando a política e que a doutrina não vale tanto, porque o mundo está globalizado. Mas temos que ter a capacidade de adaptação, para sobreviver com dignidade. Temos essa responsabilidade. Esta Casa demonstrou, no primeiro semestre, a sua vontade de trabalhar. Quero parabenizar o Presidente Anderson Adauto, que encontra muitas dificuldades nos momentos de transição, mas que está tentando imprimir sua marca nesta Casa. Existem comentários de toda sorte, gente que reprova e gente que aceita. Mas temos que apoiar o Presidente em suas iniciativas. Podemos fazer as correções necessárias, mas tudo em um ambiente de coleguismo e até de corporativismo, porque temos que ter corporativismo. A ele, o PSDB quer dedicar todo apoio. Falo em nome do PSDB porque já estou autorizado pelos companheiros. Reconhecemos o seu trabalho, Anderson Adauto, e ele merece o nosso apoio. Queremos parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido à frente deste Poder, e ao Líder do Governo, que tem um espírito conciliador, que é um homem sereno, que serve de intermediário entre o Governo e a Oposição. É assim que devemos trabalhar, buscando soluções, saneando os conflitos, e não dividindo o Poder Legislativo. Ao Alberto, os nossos parabéns.

Parabéns também ao Hermeto, que, Deputado de primeiro mandato, já deu exemplo de trabalho e de boa-vontade. Reconhecemos, sobretudo, o trabalho do corpo técnico desta Casa, de seus Consultores, que são sobremaneira competentes e que nos têm ajudado muito a construir uma sociedade mais justa, mais equilibrada. Agradecemos ao companheiro Mauro Lobo, que trabalhou intensamente na LDO e que vai trabalhar no orçamento e representar o PSDB na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Reconhecemos o trabalho de todos os Líderes e sobretudo o trabalho desse baluarte, Deputado Miguel Martini, que dedica 24 horas a preparar a cultura da LDO, do orçamento, do PMDI, do PPAG, buscando a verdade que precisamos saber sobre o orçamento. Parece mentira, mas é verdade. Estamos procurando um paradoxo(...) para ser seguido, um modelo em que toda proposta seja materializada, fiscalizada, para que este Poder exerça seu papel de fiscalizador do Poder Executivo e dos outros poderes. Dessa forma, estaremos defendendo os interesses do povo de Minas Gerais.

A todos os colegas, o nosso abraço. Parabéns a todos os que trabalharam pelo bem deste Poder. Que tenhamos um recesso para trabalhar em nossas bases e para descansar, como é de direito. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, discordo dos nobres colegas do PT, que opinaram pela rejeição da Emenda nº 7. A verba de subvenção é a verba mais bem aplicada, Sr. Presidente. Nós, que somos de uma região distante de Belo Horizonte, situada a cerca de 1.000, 1.100km, sabemos da sua importância. Perguntamos aos nobres colegas, pelos quais temos o maior respeito, como o Rogério Correia, o Adelson Carneiro Leão e outros, se já consultaram o povo se ele não quer a verba de subvenção. Essa verba é muito bem aplicada. Ela é aplicada em pequenas obras muito importantes, como postos de saúde, quadras de futebol de salão, etc. Nossas bases estão localizadas em pontos bastante distantes. Muitas vezes temos irmãos que morrem por falta de uma condução. E essa verba já salvou a vida de muita gente que é socorrida com carros de pequeno porte, de pequeno valor, que são comprados com essa verba e que salvam a vida de nossos irmãos norte-mineiros.

Queremos dizer que os Deputados que não precisam dessa verba de subvenção são de uma região privilegiada, mas nós, que somos de uma região mais sofrida, precisamos dela. Tenho certeza de que o nosso grande Governador Itamar Franco vai se sensibilizar e mandar essa verba de subvenção a esta Casa, que irá distribuí-la com todo respeito.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero cumprimentar a todos os colegas que, de maneira exaustiva, participaram da discussão da LDO e das emendas fazendo um trabalho sério e competente. Quero manifestar nossa posição de defesa intransigente do controle das políticas públicas. Nesse caso, que as subvenções sejam realmente distribuídas pelo Conselho Social de Assistência. Essa tem sido a postura do Governador, com a qual concordamos.

Gostaria de reafirmar o nosso apoio à implantação do orçamento participativo, como processo para elaboração da peça orçamentária do Estado e como uma maneira de democratizar. É claro que, na prática, existem muitos questionamentos. Eles são importantes para que o processo seja aperfeiçoado. O projeto do orçamento participativo, com certeza já comprovado em muitas cidades deste País, leva a uma democracia mais aperfeiçoada, com a participação direta da população, beneficiando sobretudo aquelas áreas e aquelas populações mais carentes do Estado e possibilitando melhor distribuição de rendas.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos relativamente satisfeitos com a aprovação da LDO, de modo especial, da Emenda nº 103, fruto de um acordo, de um entendimento junto ao Governo, que obrigará o Governador a prestar contas a esta Casa. Vamos dar um tempo para que ele faça isso, mas que sejam de maneira objetiva, dizendo o que estava previsto para ser realizado, aquilo que de fato foi realizado, o demonstrativo físico da execução orçamentária. Acreditamos que foi um grande avanço e, como disse o nosso Líder do PSDB, Hely Tarquínio, estamos fazendo escola, sim. É um processo que obriga o Executivo a realmente cumprir aquilo que foi previsto e autorizado por esta Casa. Consideramos muito importante o fato de o CEAF (...) ser aprovado, de todos os Deputados desta Casa ter essa disponibilização. Agora, será feito o entendimento de como isso se dará. Isso é um avanço muito significativo, uma vez que teremos condições de acompanhar "pari passu", a execução orçamentária. Renovo aqui minha esperança e meu pedido ao Deputado Anderson Aduato, que tem assumido o desejo de tornar este Poder mais fiscalizador. Somos modelo para este País quanto ao aspecto legislativo, mas, no que diz respeito ao aspecto fiscalizador, carecemos de melhores estruturas. Tenho certeza de que, com suas sugestões, poderemos criar uma comissão de controle, alguma coisa parecida com isso, pela qual o Poder Legislativo poderá, de maneira eficiente, fazer essa fiscalização. Acreditamos que diversas emendas, algumas até corrigindo distorções, foram importantes, como a que tira do Governador a prerrogativa de definir, porque a proposta inicial era que, se ele não sancionasse até 31 de dezembro, valeria a proposta que tivesse sido mandada.

Corrigimos isso através de emenda. Ele pode utilizar em duodécimo até o período da sua ascensão, mas na lei que a Assembléia lhe enviou. Corrigimos e fortalecemos o Poder Legislativo. E assim aconteceu com tantas outras emendas, como a do Deputado Mauro Lobo e de tantos parlamentares que puderam contribuir para aprimorar o processo. Mas acho que o aspecto mais positivo foi a valorização do debate da LDO.

Espero que, por ocasião do encaminhamento do plano plurianual e da lei de orçamento, esta Casa se envolva ainda mais; que, de fato, os parlamentares se interessem em discutir essas questões, que são fundamentais.

Gostaria de elogiar o Deputado Márcio Cunha por ter chamado os Deputados a conhecerem melhor a LDO através de uma exposição do Dr. Leonardo, extraordinário Assessor desta Casa, que esclareceu a todos os parlamentares e técnicos o que, de fato, significa a LDO. Acreditamos que avançamos uns 20%, temos 80% a avançar. Há que se aprimorar muito ainda. Gostaria de elogiar, também, os Deputados Eduardo Hermeto, Rômulo Aloise e o Líder do Governo pela sensibilidade que tiveram ao discutir, de maneira amigável e companheira essas propostas, e por tê-las acolhido, inclusive a nº 103. Não poderia deixar de elogiar o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato.

Temos certeza de que as primeiras iniciativas já foram positivas e esperamos que elas continuem transformando esta Casa.

Só gostaria de cobrar de V. Exa. - e vou continuar cobrando - que o Presidente do IPLEMG seja sabatinado nesta Casa. A atitude de V. Exa. em buscar transparência, seriedade e, principalmente, em dar ao Poder Legislativo maior dignidade, maior respeito, maior independência e maior autonomia, é elogiável. Parabéns V. Exa. e a todos os parlamentares que realmente demonstraram que esta Casa está mudando. Agora se debatem as questões aqui nesta Casa, e isso é positivo para o parlamento. Parabéns a todos, um bom descanso e boas férias. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro, com referência à votação da LDO: de que algo está mudando neste Estado; há uma cultura diferente. Tivemos mais de 130 emendas apresentadas. Noventa delas foram acatadas pelo relator, Deputado Eduardo Hermeto, e pelo Plenário. Isso é um sinal claro de uma relação diferente entre Poder Legislativo e Poder Executivo, é uma valorização do Poder Legislativo, que, acredito, deve ser destacada.

Gostaria de registrar o acatamento de algumas emendas deste Deputado, como a que prevê a infra-estrutura necessária para o funcionamento da Ouvidoria de Polícia e da Ouvidoria Ambiental do Estado, projetos de nossa autoria.

Sabemos que há dois anos a Ouvidoria de Polícia vem enfrentando grandes dificuldades e que a Ouvidoria Ambiental ainda não foi instalada. Então, essa previsão na LDO vai ser a garantia de que, a partir do próximo ano, teremos esses dois instrumentos importantes para democracia e para se ouvir a sociedade.

Uma outra emenda de nossa autoria que foi acatada é a que determina que toda a dotação, que todos os recursos da Defesa Civil não devem ficar na Casa Militar, mas sim no Corpo de Bombeiros, como foi a vontade manifesta desta Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de nossa autoria, que se transformou na Emenda à Constituição nº 39. Acho que é um passo a mais que estaremos dando para que realmente a Defesa Civil esteja na sua atividade própria, que é a defesa da vida no Corpo de Bombeiros.

Aproveitando essa questão da Ouvidoria de Polícia, gostaria de fazer um registro sobre a questão que estamos tendo hoje no embate a respeito da Polícia Militar.

Gostaria de louvar a atitude do Governador e da Polícia Militar pelo afastamento dos 14 policiais de Raposos, bem como pela abertura do inquérito e do esforço que vai se instalar, a partir da audiência pública de segunda-feira, para que haja uma nova relação entre a polícia Militar e a comunidade de Raposos. Esforço empreendido pelo Cel. Maurício, do 7º Batalhão Regional, e de outros elementos do Governo. Penso que hoje precisamos ter, de alguma forma, uma polícia voltada para a cidadania e dentro da linha de respeito aos direitos humanos. Quando exigimos o afastamento de todos os 14 policiais, não estávamos implantando uma ditadura do político nem fazendo pré-julgamentos preconceituosos. É que achamos que esse afastamento é fundamental para que haja independência e lisura na própria investigação, e, caso algum não tenha responsabilidade ou não tenha sido, no mínimo, conivente com o erro, poderá voltar para a sua função. Aproveito, também, Sr. Presidente, já falando da Emenda à Constituição nº 39, da cobrança que fizemos a esta Casa para que ela fosse respeitada, porque ela foi promulgada no dia 2 de junho e, no dia 8 de junho, tivemos várias punições publicadas no boletim da PM, pelo fato de policiais terem participado do movimento grevista de junho de 1997. É inadmissível. O art. 61 da Constituição é claro quando diz que constitui crime de responsabilidade do Governador e do

Secretário de Estado - e o comandante da PM é Secretário de Estado-, desrespeitar lei, Constituição ou decisão judicial. A emenda à Constituição apagou das fichas dos oficiais o movimento reivindicatório de junho de 1997.

Recorri ao Presidente e solicitei um parecer da Procuradoria Geral desta Casa. O parecer já está elaborado, e esta Casa, de forma sensata, aconselhou que houvesse uma notificação ao Comandante da Polícia Militar, para revogar as punições. Caso não sejam revogadas as punições, as medidas cabíveis em relação ao crime de responsabilidade vão ser tomadas pela Assembléia Legislativa. É o que gostaria de registrar.

Quero também louvar todo o trabalho legislativo que tivemos no primeiro semestre, porque foi um trabalho proveitoso; e elogiar os Deputados novos que chegaram, porque trouxeram um brilho e um dinamismo enorme a esta Casa. Temos saudade dos companheiros que aqui não estão, mas ficamos gratificados pela disposição, pelo entusiasmo e pelo trabalho que os novatos demonstraram nesse primeiro semestre.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, gostaria, num primeiro momento, de agradecer todo o empenho desta Casa, de todos os parlamentares, para a aprovação da Emenda nº 14, que diz respeito à separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e, conseqüentemente, à anistia das praças.

Não poderia deixar de agradecer os nobres pares desta Casa por todo o empenho para a aprovação de uma emenda tão polêmica, tão questionada por todas as partes. Mas, graças a Deus, chegamos ao consenso e conseguimos fazer justiça. Fazendo alusão às palavras do nobre colega, realmente, o sonho, quando pode ser compartilhado com mais pessoas, pode se tornar realidade. Quando na condição de excluído da Polícia Militar sonhei que a justiça chegaria e, graças a Deus, tive a oportunidade de presenciar essa justiça sendo feita dentro desta Casa e, mais ainda, pude compartilhar desse trabalho feito pela Assembléia Legislativa.

Gostaria também de parabenizar e agradecer o empenho dos Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa, que tanto se empenharam na questão da LDO. É louvável o trabalho desses Deputados, o empenho deles na elaboração, no acompanhamento, para a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Gostaria também de chamar a atenção dos nobres pares desta Casa e de todo o Estado de Minas Gerais, bem como do Governador, e principalmente do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Secretário da Segurança Pública e de todos aqueles que estão envolvidos na questão da segurança pública. A criminalidade vem crescendo no nosso Estado.

Questões relativas à segurança pública devem ser olhadas de forma imparcial, coerente, porque o crime - como policial militar, posso falar de perto - vem crescendo a cada dia. Nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo acontecem cerca de 12 a 15 assaltos a Banco por dia. Temos de olhar para o nosso Estado, pois a criminalidade está crescendo. De forma que, se formos interferir na questão da segurança pública ou criticar a ação das duas Polícias, devemos ter o devido zelo, porque a polícia, ao longo dos anos, vem recuando a cada passo que é dado contra ela. Com isso, também os policiais vêm recuando e a criminalidade vem crescendo.

Temos de tomar cuidado para que o nosso Estado não fique como os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde já se implantou uma guerrilha urbana, onde manda o crime, onde uma viatura de polícia não consegue entrar em uma favela das Capitais paulista ou carioca. Aqui, ainda temos viaturas entrando na favela, nos bairros da periferia, em locais onde o crime está enraizado, e tem-se combatido o crime.

Devemos ter cuidado quanto às questões que afligem a segurança pública. Peço aqui muito critério, muita coerência para que quando formos fazer qualquer tipo de julgamento, tenhamos o cuidado de ter serenidade, e consciência tranqüila, para não cometermos nenhuma injustiça quanto à questão dos policiais que estão trabalhando na área da segurança pública.

Posso falar de cadeira que é uma área muito espinhosa, porque tudo aquilo que é feito dificilmente é reconhecido. Graças a Deus, sabemos que a população de Minas reconhece o valor e o trabalho que tem o corpo policial de Minas Gerais.

Agradeço aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, a participação de todos os Deputados no encerramento deste semestre e parabenizo também V. Exa. pelos trabalhos realizados à frente desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de tratar especialmente da questão da subvenção social. Votei para que esses recursos, prioritariamente, fossem encaminhados para o Fundo de Assistência Social e que pudessem ser trabalhados pelos conselhos. Penso que dessa maneira teríamos uma oportunidade maior de participação da população na gestão e no encaminhamento desses recursos.

Mas, ao mesmo tempo, queria dizer que o Governador Itamar Franco tem anunciado que a Assembléia Legislativa não vai repassar subvenção social e que não mandará esses recursos para a Assembléia Legislativa. Concordo com isso, mas espero que o fato de não serem enviados para a Assembléia Legislativa não signifique, como está acontecendo hoje, que não sejam enviados para lugar nenhum. As entidades não estão mais recebendo recursos. Há seis meses as entidades beneficiadas pelos recursos, que eram encaminhados pelos Deputados, não recebem mais nenhum centavo do Governo do Estado.

Ora, que situação é essa? Não há subvenção social na Assembléia Legislativa e não há subvenção também para o atendimento ao adolescente, à criança, ao idoso, à pessoa que necessita de cuidados especiais. Em lugar nenhum se recebem recursos.

Ontem mesmo recebi algumas pessoas ligadas a uma creche situada a mais de 700km de Belo Horizonte, no Norte de Minas, onde são atendidas 200 crianças, que há exatos seis meses, não recebem nenhum centavo do Governo do Estado.

Se os recursos não serão mais encaminhados para a Assembléia Legislativa, que os sejam à Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente. Seis meses sem atendimento do Estado deixa qualquer entidade em situação precária, sem alimento para as crianças.

É um absurdo o que está acontecendo. Fica muito bonito dizer no jornal que a Assembléia Legislativa não vai mais destinar subvenção social. Mas quem vai destinar? A SETASCAD? Não dá para sustentar a atual situação do nosso Estado. Muitos Deputados encaminhavam esses recursos para a área da saúde. Hoje, as crianças, os idosos e os dependentes químicos necessitam de atendimento. É bonito dizer que não há subvenção social. "Não aceitamos que os Deputados repassem esses recursos." Mas quem repassará? São seis meses sem subvenção social em Minas Gerais. Lamento. Sou favorável aos Fundos de Assistência Social e aos conselhos. Mas que tenham subvenção social. Dessa maneira não é possível.

Quero também lamentar a situação de atropelo que a Assembléia Legislativa vive neste semestre por parte do Governo do Estado. A última denúncia, feita pelo Deputado João Paulo, foi sobre o lamentável aumento de 100% das taxas do DETRAN. Enquanto em outros Estados, para tirar carteira, paga-se menos de R\$100,00, em Minas, essa taxa se aproximará de R\$500,00, sem a autorização da Assembléia Legislativa. Espero que este Poder reaja a essas questões. Temos uma Secretaria de Turismo virtual, que a Assembléia não apreciou; taxas sofrem aumento sem que esta Casa se pronuncie a respeito. É lamentável o tratamento que o Poder Executivo tem dispensado ao Poder Legislativo, na tentativa de desconhecer os representantes do povo mineiro. Espero que haja uma reação dos Deputados desta Assembléia. Não podemos aceitar esse tratamento.

Para terminar, estive ontem no Comando da Polícia Militar, com as famílias das vítimas de violência policial em Raposos. Concordo com a decisão do Comando da Polícia Militar de afastar os policiais, para apuração do caso. Que lhes seja concedido amplo direito de defesa, mas que a sociedade de Raposos tenha condição de denunciar essa violência.

Infelizmente, o Governador do Estado abriu mão do comando da Polícia Militar, que reclama para si, quando transferiu para a Assembléia Legislativa uma decisão que era dele. A leitura foi clara para toda a sociedade e pela Polícia Militar. Quando transferiu para a Assembléia uma decisão que era dele, abriu mão do comando. Muito obrigado.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, prezados Deputados e Deputadas, no encerramento deste primeiro semestre, gostaria de dizer, em nome do PL, do qual sou Presidente neste Estado, e também na condição de Líder da Bancada, da nossa satisfação. Parabéns ao Sr. Presidente pelos trabalhos desta Casa e desejo a todos um bom recesso. Que no segundo semestre possamos continuar produzindo frutos em benefício do povo de Minas Gerais.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no final desta reunião e no final desta etapa, não poderíamos deixar de cumprimentar a Presidência e todos os Deputados pelos trabalhos aqui realizados durante o primeiro semestre. Quero dizer da minha satisfação de ter podido votar a favor da LDO, tão bem trabalhada e tão bem discutida por todos os trabalhadores.

Não poderíamos deixar também, Sr. Presidente, de comentar nossa indignação pelo depoimento do Deputado Durval Ângelo à imprensa, quando ele diz, entre outros assuntos, em determinado momento: "A PM está batendo mais neste Governo". O Deputado petista não poupou críticas ao Prefeito de Raposos, Cléber Solano de Castro, a quem chamou de safado. "Ele não passa de um despachante a serviço das Polícias Militar e Civil, que não está preocupado com a segurança pública", afirmou Durval Ângelo. Procurado pela reportagem, o Prefeito de Raposos, Cléber Solano de Castro, disse estar indignado com as palavras do Deputado petista. "Ele não me conhece, não pode falar assim sobre a minha pessoa. Já fui despachante, sim, mas isso foi há seis anos".

Então, gostaríamos aqui de prestar nossa solidariedade ao Prefeito, nós que o conhecemos há mais de 20 anos, que sabemos da sua honradez, da sua luta pela cidade de Raposos, ele que já foi Vereador dessa cidade por diversos mandatos e que agora é Prefeito. Sou testemunha do seu trabalho, procurando sempre levar para essa cidade o desenvolvimento de que ela precisa. Portanto, não podemos concordar com isso. Devemos, sim, apurar essas arbitrariedades. Devemos, sim, apoiar toda a ação que vise levantar todas essas questões, mas jamais podemos prejudicar as pessoas. Nós não temos o direito de denegrir a imagem de uma pessoa honrada, justa e honesta, sem dar a ela, pelo menos, a chance de se pronunciar. Portanto, gostaríamos de, desta tribuna, prestar a nossa solidariedade ao Prefeito de Raposos, por conhecê-lo e saber da sua capacidade e da sua honradez. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 408/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre o oferecimento de garantia em operação de crédito realizada entre o Estado de Minas Gerais e empresas públicas. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À promulgação.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 187/99, do Deputado Rogério Correia, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público Estadual e revoga a Lei nº 5.719, de 22/6/71, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 238/99, do Governador do Estado, que fixa a remuneração do cargo de Auditor-Geral do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 343/99, que estabelece as diretrizes para os orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 2000. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queríamos ser muitíssimo breves. Nós não estamos aqui para tomar tempo dos colegas. Gostaria de dizer que somos membros de uma comissão que, nesta legislatura, quer se impor, quer mostrar o seu trabalho e quer valorizar o que fazemos nesta Casa. Fazemos parte da Comissão de Redação, hoje presidida pelo Deputado Elmo Braz, composta pelos Deputados Djalma Diniz, Paulo Pettersen, Maria Olívia e por nós. Tivemos a participação do Deputado Ailton Vilela, como suplente da Deputada Maria Olívia, o qual atuou hoje na Comissão de Redação. Gostaríamos de dizer que não queremos ser uma comissão, nesta legislatura, usada como mero instrumento de assinatura, em corredores da Assembléia Legislativa, de pareceres, de projetos aprovados aqui em final de sessão legislativa, ou de "intermezzo" de sessão legislativa, como hoje, onde os projetos são aprovados em maior volume e são enviados para a redação final.

Assim sendo, a Comissão de Redação quer demonstrar que está atenta, que não é uma comissão meramente formalizadora em corredores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como já o foi em outras épocas.

O Deputado Djalma Diniz, eu e os demais componentes da Comissão de Redação nos reunimos, ainda há pouco, para acertar detalhes e correções de problemas surgidos em Plenário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando as extraordinárias de hoje, às 14 horas e às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião de debates do dia 2 de agosto próximo, às 20 horas.
Levanta-se a reunião.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/7/99, o Senhor Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 23/6/99, que exonerou Marton Victor dos Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anderson Adauto.

ERRATA

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/7/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/7/99, na pág. 24, col. 2, sob o título "REQUERIMENTOS", no resumo do Requerimento nº 452/99, onde se lê:

"do Município de Consolação", leia-se:

"do Município de Gonçalves".